



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES-CFP
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LILIANE BATISTA DOS SANTOS

**TRABALHO E TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: UM ESTUDO DE CASO NA FEIRA LIVRE DE
AMARGOSA-BA**

Amargosa/BA
2018

LILIANE BATISTA DOS SANTOS

**TRABALHO E TRAJETÓRIAS
ESCOLARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO DE
CASO NA FEIRA LIVRE DE AMARGOSA-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Formação de Professores – CFP, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Luiz Paulo Jesus de Oliveira (CAHL/UFRB)

Amargosa/BA
2018

LILIANE BATISTA DOS SANTOS

**TRABALHO E TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: UM ESTUDO DE CASO NA FEIRA LIVRE DE
AMARGOSA-BA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado (a) em Pedagogia, pela seguinte banca examinadora:

Luiz Paulo Jesus de Oliveira.

Luiz Paulo Jesus de Oliveira (Orientador)

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Ana Cristina Nascimento Givigi

Ana Cristina Nascimento Givigi
Doutora em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

David Romão Teixeira

Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Aprovada em 23 de Março de 2018

Dedico aos meus pais, Elísia Cristina Batista e Jorge Pereira dos Santos, meus avós Maria José Pereira dos Santos e José Pereira dos Santos, aos irmãos, Josiane Batista, Jorlan Batista e Willgens Batista e ao meu companheiro Wilson Marques.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força, paciência e determinação para concluir este trabalho que tanto sonhei.

Aos meus avós, Maria e José, por terem cuidado de mim desde pequena e sempre apoiarem as minhas decisões ao longo da vida.

Aos meus pais Jorge e Elísia, por ter me colocado no mundo e buscando sempre o melhor para mim, torcendo sempre pela minha vitória.

Aos meus irmãos, Josi, Jorlan, Willgens, Wilhan, Anderson, por me darem força e motivações para nunca desistir dos meus sonhos.

Aos meus sobrinhos e afilhados, Luiz Paulo, Jhonathas, Monique, Júlia, Helena Luíza, Anaílson, Antonielly, Emanuely, por proporcionarem momentos de diversões e muita alegria, amo todos vocês.

Ao meu querido noivo, Antônio Wilson que sempre me apoiou nas minhas decisões, sendo muito presente durante a realização deste trabalho de conclusão. Te agradeço muito meu amigo, companheiro, parceiro de todas as horas. Te amo!

As minhas cunhadas, Uilhama Marques, Uilma Marques e Gilmara que sempre estiveram presentes nos momentos bons e difíceis da minha vida e sempre me incentivando que iria dar tudo certo.

Ao meu cunhado, Luiz Alberto mesmo distante, mas sempre mandando pensamentos positivos e que a caminhada de vitórias só estava começando.

Agradeço a meu orientador, Luiz Paulo Jesus de Oliveira, pelas inúmeras discussões e contribuições, fundamentais para a realização dessa monografia.

Agradeço a todos meus colegas da turma 2013.1, pelas horas de estudos e resenhas. Em especial a Elica Santos, Eliane França, Daniele Brandão, Gessica Melo, Nalim Moura, pelas madrugadas de estudos, de trabalhos e os momentos de descontrações. Foi maravilhoso conhece-las, vocês foram pessoas e amigas para todas as horas.

Agradeço a todos os professores do curso de Pedagogia, que passaram pela turma 2013.1, não citarei nomes para não esquecer nenhum, vocês foram todos especiais, aprendi muito. Obrigados (as).

Aos participantes dessa pesquisa, que contribuíram de forma efetiva para a conclusão desse trabalho. Sem eles não teria acontecido, agradeço a todos pelas contribuições, pois me enriqueceram muito como educadora e ser humano.

Agradeço a minha tia, Josiane Pereira e a minha prima Diolane Marley, pelas palavras de incentivos para continuar essa jornada. E aos meus sogros, Elza Correia e Manoel de Jesus, pelos momentos de descontrações que tenho com eles.

Enfim, agradeço a todos que passaram por minha vida deixando boas lembranças.

“Não basta saber ler que Eva viu a Uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem luta para produzir esse trabalho”

(FREIRE, 1991)

SANTOS, Liliâne Batista dos, **Trabalho e Trajetórias Escolares de Crianças e Adolescentes: Um estudo de caso na Feira Livre de Amargosa-BA**. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, Bahia, 2018.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo central, identificar quais os impactos do trabalho infantil na vida das crianças e dos adolescentes. Para tanto, delimitou-se como objeto empírico de análise, o trabalho de crianças e adolescentes que trabalham na feira livre de Amargosa – Bahia. Partimos do pressuposto teórico de que o trabalho infantil surgiu desde a idade medieval, nesse período a criança era considerada como um adulto em miniatura, além disso, com o surgimento industrialização no início do século XX, os grandes proprietários se apropriava da mão de obra barata das crianças e dos adolescentes para conseguir atender as demandas. Nesse sentido, os aportes teóricos desse estudo tomaram-se como base as contribuições dos seguintes autores: Quinteiro (2005), Costa e Calvão (2002), Azêvedo, Menezes e Fernandes (2000), Corsaro (2011), Ariès (1981), Ludke e André (1986), Marx (1989), Kassouf (2007), Rizzini (2009), dentre outros. Trata-se de um estudo de caso, de caráter qualitativo, cujos instrumentos de coleta de dados privilegiaram a observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas com crianças e adolescentes que trabalham na Feira Livre de Amargosa. Analisando o trabalho desenvolvido através dos relatos das crianças e dos adolescentes, foi possível identificar os motivos que levam esses sujeitos, a exercer trabalho infantil tão cedo. Mesmo sendo ilegal perante o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, essa atividade remunerada acaba sendo uma estratégia de sobrevivência social.

Palavras Chave: Trabalho infanto-juvenil. Trajetórias escolares. Feira Livre de Amargosa – Ba.

LISTA DE SIGLAS

UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CRFB- Constituição da República Federativa do Brasil

PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PBF- Programa Bolsa Família

CF- Constituição Federal

IPEC- Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

OIT- Organização Internacional do Trabalho

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Trabalho Infantil	38
Figura 2: Antiga Feira de Amargosa	48
Figura 3: Antiga Feira de Amargosa	48
Figura 4: : Feira atual	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2- O LUGAR DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE MODERNA	16
2.1- A construção social da criança e do adolescente	16
2.2 Infância, adolescência e trabalho	20
3. TRABALHO INFANTIL: definição conceitual, retrospectiva histórica e atualidade no Brasil.....	24
3.2 O debate conceitual sobre trabalho infantil	28
3.3.1 A legislação e medidas governamentais de combate ao trabalho infantil	32
3.3.2 A situação do trabalho infantil no Brasil e na Bahia na atualidade.....	38
4. PERCUSSO METODOLÓGICO	43
4.1 Abordagens metodológica da pesquisa	43
4.2 Os instrumentos de coleta de dados	45
4.3. Lócus da Pesquisa: a feira livre	48
5.1- O perfil dos entrevistados	54
5. 2 A relação trabalho X escola	56
5. 3 As motivações para o trabalho	66
5.4 Perspectivas de futuro	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICE	82

INTRODUÇÃO

O interesse por essa pesquisa surgiu durante o cumprimento dos créditos do componente curricular optativo “Juventude, Educação e Sociedade”, cursado no terceiro semestre do curso de pedagogia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em 2014. O professor que lecionava o referido componente na ocasião, professor Luiz Paulo Oliveira, propôs como produto final, a elaboração de um artigo cuja escolha da temática ficou a critério de cada estudante matriculado no referido componente. O trabalho que desenvolvi foi intitulado “O trabalho infantil na feira livre de Amargosa”, que configurou-se como um primeiro ensaio desse Trabalho de Conclusão de Curso. Além disso, antes de ingressar na universidade, trabalhava na Feira Livre de Amargosa, aos sábados, onde observava o trabalho das crianças e dos adolescentes na feira.

A feira livre de Amargosa é um espaço socioeconômico e cultural que reúne pessoas do município e de outras cidades vizinhas do Vale do Jiquiriçá. Nela são comercializados vários tipos de produtos, tais como; frutas, verduras, legumes, farinha, bebidas, carnes, calçados, confecções, entres outros.

Iniciei trabalhando neste local, vendendo acessórios para casa e atualmente trabalho como vendedora de confecções. Observava as crianças e adolescentes trabalhando na feira livre, uns acompanhados por familiares, outros sozinhos. Eram realizados por eles trabalhos diversos, tais como: vender picolé, verduras, frutas, confecções, carroceiros entre outros. Tive a oportunidade de presenciar situações delicadas nas quais pessoas, aproveitavam da mão de obra barata das crianças para executar seus serviços, sendo que essas crianças e adolescentes devem ser respeitadas, por todos que utilizam de seus serviços e não aproveitando desses sujeitos por ser criança ou adolescente.

Na condição de “feirante” de roupas, o meu trabalho dependia diretamente da mão de obra de outras pessoas, uma vez que precisava dos serviços dos carroceiros para levar os sacos de roupas que eram guardados no depósito do mercado municipal. Na maioria das vezes, eram desenvolvidos por crianças e adolescentes que exerciam esse trabalho, sendo que os adolescentes colocavam sacos menores para as crianças, para que todos pudessem.

No contato diário, percebi que a maioria das crianças e adolescentes que exerce um trabalho remunerado, pode ter sido influenciada diretamente pelas condições

financeiras e morais impostas pelos familiares. Nesse sentido, Azêvedo, Menezes e Fernandes (2000) afirmam que:

[...] Os impactos de mudanças na estrutura das famílias como um dos elementos desagregadores da solidariedade intrafamiliar que resulta em um aumento da oferta de trabalho das crianças e adolescentes, naquelas famílias chefiadas por um único adulto, seja o pai ou principalmente a mãe. (p.29)

Dessa forma percebe-se que a probabilidade da criança e do adolescente trabalhar é bem maior, quando a situação familiar é marcada por elevado grau de precariedade sócio ocupacional. Percebe que as crianças, oriundas de famílias com elevado poder aquisitivo, os pais incentivam, direciona e proporcionam uma educação sistematizada e voltada para uma formação sócio profissional futura, assim garantindo os direitos que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por outro lado, as crianças e adolescentes, oriunda de famílias populares, na maioria das vezes, a visão que os seus pais têm sobre o futuro dos seus filhos aponta para inserção no trabalho precocemente, a fim de ajudá-los nas despesas domésticas. Nesse caso, o trabalho é visto como um mecanismo de socialização moral dos filhos de trabalhadores e trabalhadores de camadas populares. Portanto, é muito comum escutarmos relatos de pais, que preferem que seus filhos trabalhem, ainda que seja em idade precoce, do que vê-los roubando ou ingressando no mundo da marginalidade.

Lembro-me, quando era pequena, meus pais relatavam que eu trabalhava com eles, para aprender o caminho da vida, valorizar o pouco e até mesmo ajudar nas despesas de casa. Diante desse contexto o qual passei, entendo absolutamente os pontos de vista deles, uma vez que eles não tinham consciência das consequências que o trabalho precoce poderia acarretar na minha vida. Por outro lado, compreendo que eles pretendiam dá um ensinamento de vida por meios de suas experiências e convivências acumuladas ao longo da vida no e pelo trabalho.

Por certo, a minha experiência de trabalho aliado ao processo de formação acadêmica no curso de graduação em Pedagogia, na UFRB, instigaram-me a buscar uma melhor compreensão sobre o lugar que o trabalho e a educação ocupam nas trajetórias de crianças e adolescentes, para os quais a Feira Livre de Amargosa se configura como a porta de entrada no mercado de trabalho. Portanto, trabalho e trajetórias escolares de crianças e adolescentes se configura como objeto de estudo da minha pesquisa monográfica.

A natureza do nosso trabalho destina-se a professores, em particularmente os da Educação Básica, alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia, tomadores de decisões no poder público no âmbito municipal, estadual e federal; demais profissionais que estejam interessados em obter informações ou até mesmo estudar acerca desta temática.

Diante do exposto, o problema de pesquisa está pautado na seguinte pergunta: *Quais os impactos causados pelo trabalho precoce na vida das crianças e dos adolescentes que trabalham na Feira Livre de Amargosa-Ba?*

Para responder essa questão definimos como objetivo geral: identificar os impactos do trabalho das crianças e dos adolescentes que trabalham na feira livre de Amargosa-Ba. Além disso, esse trabalho monográfico tem os seguintes objetivos específicos: a) fazer um levantamento bibliográfico da produção acadêmica no campo das ciências humanas e da educação sobre o trabalho infantil-juvenil, b) analisar as trajetórias escolares de crianças e adolescentes investigados na pesquisa empírica; c) identificar crianças e adolescentes que realizam o trabalho na feira livre do Município de Amargosa; d) Identificar, as suas motivações para o trabalho, as condições de trabalho e suas perspectivas de vida.

Do ponto de vista metodológico, optou-se por uma pesquisa qualitativa. De acordo com Luke e André (1986), esse tipo de pesquisa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra, através do trabalho intensivo de campo.

O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência (YIN, 2005).

Sendo assim, a escolha dos sujeitos desta pesquisa se deu por meios de observações que foram realizadas. Como o número de crianças e adolescentes, que trabalham na Feira Livre de Amargosa é muito grande tivemos que limitar o espaço amostral. Sendo assim, escolhemos apenas quatro sujeitos que aceitaram participar da pesquisa sem nenhum problema. Por outro lado, o fato de conviver com alguns deles no mesmo espaço de trabalho, facilitou o acesso as informações para a culminância desta pesquisa.

Esse trabalho monográfico, além da introdução, está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “O lugar da Infância e da Adolescência na Sociedade Moderna”, apoiado nas principais contribuições teóricas das ciências sociais

e da educação, a exemplo de Philippe Ariès, aborda-se o processo histórico de construção social da infância e adolescência, enquanto categoria e condição social.

No segundo capítulo a discussão abrange uma discussão sobre o trabalho infantil. Além disso, há uma breve retrospectiva histórica, o processo sobre a legislação política de combate ao trabalho infantil e um breve panorama da situação do trabalho infantil no Brasil e na Bahia na atualidade. Para a construção desta abordagem utilizamos como referencial teórico, os estudos realizados por Marx (1984, 1989 e 2003) por apresentar uma excelente discussão sobre a concepção de trabalho; Costa e Calvão (2002) por apresentar uma ampla reflexão sobre a questão do trabalho infantil a história da humanidade; Azêvedo, Fernandes e Menezes (2000) por suas contribuições sobre as crianças e os adolescentes no mercado de trabalho. Além destes teóricos, outros também contribuíram para fortalecer as reflexões acerca do trabalho infantil.

No terceiro capítulo, apresentamos os caminhos metodológicos da investigação. Para tanto, houve o apoio nos estudos de Ludke e André (1986), por suas inúmeras colaborações no que se refere a pesquisa qualitativa e Yin (2005), que traz relevantes contribuições acerca do estudo de caso.

O quarto capítulo apresenta uma análise, reflexão e discussão dos dados coletados no campo empírico durante todo o processo de aproximação com os sujeitos da pesquisa. Assim, são apresentados os achados da pesquisa, buscando contemplar os objetivos específicos. Com isso foi utilizado como base teórica de estudo alguns autores como: Ausubel (1963), Gadotti (2002), Azêvedo, Menezes e Fernandes (2000), Siqueira (2005), entre outros, que trazem reflexões sobre, o trabalho, a importância dos saberes prévios, o brincar, etc.

Por fim, as considerações finais, destacam a importância da pesquisa e o posicionamento crítico, a respeito do trabalho de crianças e adolescentes que trabalham na feira livre de Amargosa. Dessa maneira espera-se trazer contribuições e reflexões sobre as possíveis descobertas no que diz respeito à temática.

2- O LUGAR DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE MODERNA

Neste capítulo iremos analisar a importância do lugar da infância e da adolescência na sociedade moderna, sua construção social ao longo do processo histórico da criança e do adolescente e em seguida abordaremos sobre infância, adolescência e trabalho.

2.1- A construção social da criança e do adolescente

A palavra infância é etimologicamente originária do latim, significa ausência de fala, e ainda dependência. Nesse sentido, é significativo que a arte medieval por volta do século XII, ignorasse a criança e a infância como objetos centrais de suas pesquisas, pois o sentimento de infância¹ não existia. A partir do momento que a criança tivesse condições de viver sem os cuidados da mãe ou da sua ama, eram inseridos na sociedade dos adultos. De acordo Ariès (1981) nas sociedades medievais, crianças e adolescentes exerciam a mesma função do trabalho adulto.

No entanto, poucos historiadores haviam manifestado algum interesse pelo tema da infância ou até mesmo colocar como objetivo de suas pesquisas. Identificavam se como um ser sem incompetência, ou até mesmo sem habilidade, nesse período não havia lugar para as crianças (ARIÈS, 1981). Ou seja, a família não entendia as necessidades de suas crianças, não as viam como um ser que precisavam de cuidados diferenciados.

Segundo Ariès (1981) as crianças eram vistas como uma miniatura otomaniana² do século XI, ou seja, tinham a ideia de que os corpos das crianças eram deformados. Além disso, as crianças pequenas nesse período não tinham muita importância, pois eram vistas como um ser frágil para se misturar a vida dos adultos e por isso podiam desaparecer a qualquer momento, esses indivíduos pequeninos não tinham muito significado para os adultos.

Nesse sentido, Ariès (1973) e De Mause (1991), enfatizam a simultaneidade no tempo do descobrimento ou reconhecimento da infância moderna e da aparição de

¹ Ariès (1981) aborda que o “sentimento de infância” é um fenômeno tipicamente moderno, e de fato não havia a preocupação em preservar os primeiros anos de vida das pessoas e considerá-

² Um momento da arte que surgiu na Alemanha, de meados do século X a inícios do século XI durante o Sacro Império Romano-Germânico com Otão I da Germânia e seus sucessores.

instituições protetoras para cuidar e formar a geração mais jovem, principalmente instituições que cuidavam de crianças abandonadas por suas genitoras, por não seguir padrões morais da sociedade de sua época. A esse respeito, (Mary Del Priore, 2008; apud Reis, 2014, p. 32), afirmam que:

A prática do abandono foi corriqueira em famílias que não queriam desrespeitar os padrões morais e cristãos da sociedade da época, sobretudo quando se tratava de uniões ilegítimas e dos filhos nascidos fora do casamento, ou ainda em casos em que a mãe fosse solteira, assim como, os que pertenciam às famílias que viviam em situação de extrema pobreza. As crianças quase sempre eram deixadas nas igrejas ou nas portas das casas. Algumas chegavam a serem comidas pelos animais. Para atuar frente a essa demanda, foi criado o Sistema de Roda no Brasil, que ficou conhecido como a Roda dos expostos que era um aparelho de movimento giratório, no formato de um cilindro, que permitia a colocação de crianças nos asilos e ocultava a identidade de quem às abandonava. Com o passar do tempo, o número de crianças expostas cresceu consideravelmente e passou a envolver também fatores de natureza econômica. (MARY DEL PRIORE, 2008; apud REIS, 2014, p. 32).

Essa situação apontada acima, atualmente ainda existe. Em pleno século XXI, ainda há essa triste realidade onde mães que abandonam seus filhos em lixos, nas portas de casas ou até mesmo enrolados em sacos de lixos, por não terem condições de sustentá-los.

Essas crianças que eram abandonadas em instituições recebiam algumas instruções ao completar sete anos. Na sua adolescência eram enviados para casa de mestres de ofício, artesões ou negociantes, para que lá pudessem aprender um ofício, eles trabalhavam sem receber nenhuma gratificação no qual segundo seus mestres, era uma forma de serem dignos perante a sociedade.

Segundo Ariès (1981) mesmo a criança não estando ausentes na Idade Média, as representações simbólicas, a exemplo da pintura, jamais as retratariam em enquanto criança, mas enquanto um sujeito adulto em miniatura. Além disso, isso se torna mais evidente quando se analisa os trajes das crianças, na Idade Média as mesmas eram vestidas como adultos, assim que a criança deixava os cueiros, a faixa de tecido que era enrolada em seu corpo, era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição. Portanto, nada no traje medieval separava as crianças dos adultos.

As crianças com até cinco anos de idade, tanto meninos como meninas vestiam-se igualmente. Somente no século XVII começam a modificar roupas próprias que

caracterizava-os como uma criança. E no final do século XVIII para o início do século XIX, que as roupas se tornaram mais leves e apropriadas para as crianças.

Já no fim do século XVIII, surge uma necessidade nas classes altas de separar as crianças dos adultos através dos trajes. E esse novo sentimento de infância começa, através da sua ingenuidade, gentileza, apego, e felicidade, provocando uma maneira de distração e relaxamento. Causando no adulto o verdadeiro sentido de viver a infância, através da “paparicação” com as crianças (ARIÈS, 1981, p.100). Esse carisma surgiu no meio familiar ao lado de crianças, onde as mães e amas perceberam que as criancinhas eram meigas e só queriam e dar carinho.

Desse modo o século XVII, os moralistas e os educadores trazem outro sentimento de infância, no qual o apego à infância e a sua particularidade não acontece só através da distração ou da brincadeira, mas do interesse psicológico e da preocupação moral, com a racionalidade dos costumes e com a disciplina das crianças. Segundo Ariès (1981), o século XVIII ocasionou uma infância moderna com liberdade, autonomia e independência, e no século XX, com a influência de psicólogos e educadores, elas passam a ser vistas como seres de direitos e em fase de desenvolvimento que deveriam ter responsabilidade. Dessa forma a transformação pela qual a criança e família passam, ocupam um lugar na dinâmica social.

Nessa direção, a criança perde seu anonimato e assume um papel central no meio familiar. De acordo Ariès, a noção de criança enquanto sujeito social em processo de socialização, bem o papel dos adultos nesse processo ganha centralidade, de tal forma que é tarefa dos pais:

familiarizar-se com os próprios filhos, fazê-los falar sobre todas as coisas, tratá-los como pessoas racionais e conquistá-los pela doçura é um segredo infalível para se fazer deles o que se quiser. As crianças são plantas jovens que é preciso cultivar e regar com frequência: alguns conselhos dados na hora certa, algumas demonstrações de ternura e amizade feitas de tempos em tempos as comovem e as conquistam. Algumas carícias, alguns presentinhos, algumas palavras de confiança e cordialidade impressionam seu espírito, e poucas são as que resistem a esses meios doces e fáceis de transformá-las em pessoas honradas e probas (ARIÈS, 1981, p. 104).

A criança e o adolescente com seus modos de se comportar podem ser compreendidos a partir da relação que se estabelece entre eles e os adultos, sendo que essa interação se dar através das condições históricas, políticas e culturais que estão inseridos. No final do século XVII, houve algumas mudanças no que se refere às

crianças e suas famílias, sendo que a escola terá um papel importante de educação e aprendizagem das crianças e adolescentes. Uma vez que, nem todas as crianças tinham acesso à escola, enquanto alguns tinham sua infância delimitada pelo ciclo escolar, pelo tempo da disciplina da vigilância separada do adulto; enquanto os filhos dos trabalhadores se educavam pelo trabalho e transformavam em adultos precocemente.

Na idade média as famílias se diferenciam muito das famílias modernas, principalmente no que se refere às relações com suas crianças. Elas eram mantidas em casa até os sete ou nove anos, a partir daí, eram entregues a outra família, na condição de aprendizes, para realizarem serviços domésticos ou outras tarefas pesadas, era uma forma de aprendizagem para as crianças. Independente da classe social das famílias, todas mandavam suas crianças para as casas alheias, enquanto recebiam em suas casas crianças vindas de outras famílias.

Nesse sentido, ao referir-se ao serviço doméstico o historiador Filipe Ariès, afirma que:

A criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais porque na época não havia (e por muito tempo ainda não haveria) limites entre profissão e a vida particular; a participação na vida profissional-expressão bastante anacrônica, aliás-acarretava a participação na vida privada, com a qual se confundia aquela. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir (ARIÈS, 1981, p. 156).

Com isso, a criança, desde muito cedo saíam do convívio de suas famílias, mesmo que retornassem, era uma forma de organização que não permitia que as famílias alimentassem o sentimento profundo de apego que conhecemos atualmente nas relações entre pais e filho. Nesse contexto, a família se configura como um espaço privado marcado por relações de caráter moral e social, do que de cultivo e desenvolvimento de relações afetivas e sentimentais entre os seus membros.

Para as famílias pobres, o sentimento praticamente não existia e para as famílias ricas, o sentimento era mais voltado pelo reconhecimento e manutenção da linhagem, prosperidade do patrimônio e honra do nome.

A questão do trabalho doméstico era vista como uma forma de aprendizagem, até o século XVIII, nos manuais de civilidade e nos tratados de boas maneiras das famílias nobres, para seus filhos (ARIÈS, 1981, p.157). Esse serviço doméstico era realizado indiferentemente pelas crianças onde era chamado de aprendizes.

Dessa forma a transmissão do conhecimento de uma geração para outra é percebida pela família, com isso podemos observar a vida das crianças e dos adultos uma mistura homogênea de todas as idades.

Para melhor ilustrar essa afirmação Ariès relata que;

Em suma, em toda a parte onde se trabalhava e também em toda a parte onde se jogava ou brincava mesmo nas tavernas mal-afirmadas, as crianças se misturavam aos adultos. Dessa maneira elas aprendiam a viver, através do contato de cada dia. Os agrupamentos sociais correspondiam a divisões verticais que reuniam classes de idade diferentes, como esses músicos das pinturas de concertos de câmara, que funcionam tanto como retratos de família quanto como alegoria das idades da vida, pois reúnem crianças, adultos e velhos (ARIÈS, 1981, p.158).

Percebe-se, entretanto, que na referida citação, que as crianças aprendem com os adultos de diversas formas sendo, com isso o autor traz que a educação das crianças na Idade Média era garantida junta com a aprendizagem de seus pais. Além disso, a escola deixa de ser reservada só ao clérigo para se tornar um instrumento normal da iniciação social, dando passagem do estado da infância ao adulto. (ARIÈS, 1981, p.159). Havia uma espécie de “contratos de aprendizagens,” no qual os pais fixavam uma pensão aos seus filhos enquanto estivessem na escola.

Essa evolução da família medieval para a família moderna ocorreu mais visivelmente para as famílias mais ricas, pois, ainda no século XIX, grande parte da população ainda vivia como na idade média, com as crianças afastadas dos pais.

2.2 Infância, adolescência e trabalho

Conforme destacamos na seção anterior, a infância por muitos séculos ficou invisível, de tal forma que os sentidos atribuídos a infância na sociedade moderna era ausente até o século XVI, sendo que somente a partir dos séculos XVII e XVIII, como identifica Ariès (1981) em suas pesquisas, a percepção da infância enquanto uma categoria e uma condição social socialmente construída.

Segundo Kuhlmann Jr. (1998, 15), “para considerar a infância é preciso ver a condição de ser criança”. Segundo o autor, trata-se de atentar para a construção das relações tanto entre a história das crianças e entre a estrutura social. Com isso, “o fator social da escolarização se explicaria em relação aos outros fatos sociais” (KUHLMANN

Jr., 1998, p. 15). O autor, ainda menciona que o adulto descrevia a história da criança, sem no mínimo ouvi-la.

O referido autor, ainda relata que a infância não é um mundo imaginário na vida da criança, e sim é a interação da criança com o mundo real, pois é a partir desse mundo real que as crianças se desenvolvem, participam de um processo social, cultural e histórico, apropriando de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar, e as relações sociais é parte integrante de suas vidas e de seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, Sarmiento e Pinto (1997) citados por Quinteiro (2005), ressaltando que:

a consideração das crianças como actores sociais de pleno direito, e não como menores [...] implica o reconhecimento da capacidade simbólica por parte das crianças e a constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em culturas [...] Os estudos da infância, mesmo quando se reconhece às crianças o estatuto de actores sociais, tem geralmente negligenciado a auscultação da voz das crianças e subestimado a capacidade de atribuição de sentido às suas acções e aos seus contextos. [...] As culturas infantis assentam nos mundos de vida das crianças e estes se caracterizam pela heterogeneidade [...] A interpretação das culturas infantis, em síntese, não pode ser realizada no vazio social e necessita de se sustentar nas análises das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem (1997; 2005; p.140).

A criança precisa ser reconhecida como construtora de sua própria história social, por mais que as condições sociais das crianças estejam cada vez mais precárias, no entanto dando voz e vez a esses sujeitos ativos que muitas vezes são invisíveis para sociedade, eles podem tá fazendo o diferente sobre suas histórias.

Segundo Lajolo (2006), há muitas concepções de infância, desde os primórdios, em que se via a criança como um adulto em miniatura, e como um ser diferente do adulto, vendo a criança como uma tabula rasa, que era determinada pelo adulto, a sociedade; enfim, são tais concepções que foram inventadas socialmente, ou seja, constituídas ao longo do tempo, que persistem ainda na contemporaneidade. Para corroborar com tal discussão Marita Redin (2007) considera que as:

[...] Concepções sobre infância como um período de insignificância, como um tempo de aprender para ser logo adulto civilizado e da criança como um ser que não precisava ser ouvido fazem parte do nosso imaginário social. Na mentalidade da maioria dos adultos a criança é um ser que pouco ou nada tem a dizer. Para ser acreditada precisa, inclusive, passar antes pela escola (2007, p. 15).

Enquanto sujeito social, a criança para viver a infância depende de muitos fatores, ainda mais se viver em condições de pobreza, miséria e de trabalho degradante, etc. Certamente a classe, a etnia, o gênero, a origem são clivagens que condicionam decisivamente a maneira como crianças irão “viver” a infância.

Com relação à adolescência, Delgado (2005, p. 68) considera que “[...] se estende da puberdade até a vida adulta, sendo considerado o momento ideal para que o ser humano consolide em si valores morais”. Era visto como um sujeito em desenvolvimento. Dessa forma a criança e o adolescente podem ter uma fragilidade maior, quando comparadas aos adultos, além disso, os mesmos acabam tendo responsabilidades e obrigações de um adulto. Podemos perceber que o trabalho infantil é um problema social e de saúde pública que acaba sendo um desrespeito aos direitos humanos.

De acordo com Oliveira e Robazzi (2001) citados por Chaves e Lordelo (2012, p.65), há várias as situações que levam os adolescentes a exercerem o trabalho precoce, tais como: a pobreza, desigualdade social, qualidade do ensino e constituição familiar aparecem no discurso dos adolescentes.

Segundo Sarmiento (2002), tanto a criança como o adolescente que trabalham, desenvolve uma função social, pois, é preciso conhecer o trabalho que esses sujeitos exercem, para não causar danos a sua saúde e no seu aprendizado.

Dessa maneira, compreende-se que a origem do trabalho do menor na maior parte acontece com relação a condição econômica da família ou até mesmo para ter uma liberdade financeira, comprar objetos, bens e serviços que desejam. E nas palavras de Oliveira e Robazzi (2001) apud Chaves e Lordelo (2012) revela que:

Em suma, os motivos para o trabalho precoce podem ser definidos como pobreza, necessidade de colaborar com os pais em atividades econômicas realizadas no domicílio, desejo dos pais de que trabalhem, necessidade de ganhar a vida por si mesmos, aliado a consideração de que é melhor trabalhar do que ficar ocioso (Oliveira e Robazzi, 2001, apud CHAVES e LORDELO, 2012, p.85).

No âmbito dessa discussão, observa-se que na medida em que as atividades laborativas na infância não prejudiquem a sua ida a escola ou o desenvolvimento de atividades lúdicas, o trabalho acaba sendo um meio de construção cultural e de aprendizagens, possibilitando que crianças e adolescentes se tornem sujeitos ativos na sociedade.

A entrada da criança e do adolescente no mundo do trabalho é um fato que permanece ao longo do seu processo histórico das sociedades. Segundo Nogueira (1993), nas sociedades antiga e medieval, não existia proibição legal, ou mesmo moral, com relação ao trabalho da criança ou do adolescente, tanto no campo quanto na cidade. No meio rural, sob a tutela familiar, as crianças se ocupavam também de tarefas como capinar o terreno, guiar o rebanho, etc. Havia também tarefas nas casas de terceiros, onde elas eram empregadas na agricultura e faziam as tarefas domésticas. Já no espaço urbano, seu ambiente de trabalho era a oficina do artesão, na qual desempenhava a função de aprendiz, ao lado do oficial e sob a orientação do mestre. O trabalho que a criança e o adolescente exerciam, era visto como uma forma de aprendizado para a vida adulta.

Com a chegada da industrialização no século XIX, houve mudanças com relação ao trabalho da criança e do adolescente, a produção do trabalho que era familiar e manual, passou a ser substituída pelo uso das máquinas no processo de trabalho fabril. Dessa podemos perceber que a produção capitalista, submetia as crianças, adolescentes e mulheres ao trabalho exploratório.

Com o início da industrialização, o trabalho desenvolvido por crianças e adolescentes, aumentou por conta de uma demanda maior. Além disso, os donos das indústrias se apropriavam dessa mão de obras por ser mais barata. Estes trabalhos com cargas horárias excessivas e as indústrias não ofereciam uma condição de trabalho adequado para esses sujeitos. O trabalho adquiriu na história da humanidade diversas formas, a serviço de determinados grupos sociais. Ainda que o trabalho tenha o sentido ontológico, seja um elemento de humanização, na sociedade capitalista ele adquiri formas que contribuem para a alienação humana. E a partir disso, o próximo capítulo dará ênfase à definição conceitual do Trabalho Infantil no Brasil.

3. TRABALHO INFANTIL: definição conceitual, retrospectiva histórica e atualidade no Brasil.

No presente capítulo será abordada inicialmente uma breve discussão conceitual sobre o que é o trabalho infantil. Em seguida, aborda-se o trabalho infantil no Brasil, com ênfase em aspectos históricos, na legislação de combate ao trabalho infantil. E por fim, discute-se a situação atual do trabalho infantil no Brasil e na Bahia. Sendo assim, essas variadas concepções a respeito do trabalho infantil, contribuiu diretamente para podermos alcançar o objetivo geral desta proposta de trabalho.

3.1 Trabalho infantil: breve retrospectiva história

A etimologia de trabalho, segundo o dicionário Houaiss (2001), remete ao latim “tripalium, um instrumento de tortura... donde o verbo romântico tripaliare, fonte do português trabalhar (do francês travailler; espanhol trabajar; italiano traballare), de que trabalho é regressivo por razões semânticas: o suplício identificado a trabalho”.

O trabalho desde a sua origem até a presente data, vem sofrendo modificações, existem leis que são mais rigorosas no que diz respeito as condições de trabalho, exemplificando, a exemplo do Consolidação das Leis Trabalho (CLT), recentemente desmantelada pela Reforma Trabalhista do Governo Temer, em 2017. Nesse sentido percebemos que ao longo do desenvolvimento histórico houve avanços e retrocessos no que diz respeito a valorização do trabalhador.

O trabalho ao longo do tempo vem tendo várias definições, desde o período da escravidão o trabalho começou a ser visto como uma atividade cruel, exploratória. E a utilização de força brutal para quem estava exercendo a função do trabalho escravocrata. Seres humanos negros e escravos eram tratados como animais, obrigados a realizar trabalhos a força e muitas vezes acabavam sendo torturados por questionar pela forma de como estavam sendo tratados.

Com o desenvolvimento da sociedade moderna, o trabalho começou ser entendido com outro olhar, um olhar de exercer uma função de ajudar no desenvolvimento e crescimento da população.

O conceito de trabalho é definido por Marx (1989), como elemento mediador da relação entre o homem e a natureza, e com outros homens, sendo a expressão da vida humana. É através dele, que altera-se a relação do homem com o meio, de tal forma que ao transformar a natureza, o homem transforma-se a si mesmo, onde o processo de

trabalho contribui para realização de um trabalho satisfatório e produtor de valores de uso socialmente necessários para a existência humana.

Constatamos que o trabalho é entendido também, como uma atividade humana que se apresenta com uma finalidade própria, tendo em vista sua habilidade intelectual, o homem projeta mentalmente o produto de seu trabalho, mediante sua demanda, antes de concretizar-se. Dessa forma é a partir desses elementos, o trabalho pode ser entendido como processo de criação humana (MARX, 2003).

Para Costa e Calvão (2002), inspirada na perspectiva de Marx, o trabalho é uma atividade de produção de vida, presente em toda a história da humanidade, sendo portanto o movimento fundador da própria “vida humana”, pois assim como os animais, os antecessores do homem lutam pelas suas necessidades.

As autoras ainda mencionam que na pré-história o homem constrói a sua história e dessa forma a sua matéria bruta acaba sendo a natureza, tendo o trabalho como fonte de vida do homem. Sabemos que o trabalho é uma atividade essencial para o homem, além disso, dependemos do mesmo para nossa sobrevivência. Percebemos que não há nenhum tipo de preocupação por parte do capitalismo, em utilizar a exploração da força do trabalho infantil para obter seus lucros. De acordo com Silva (2007), traz que o trabalho enquadra um sentido econômico, possivelmente causam ações na sociedade capitalista. Marx (1984, p.356) relata o quanto esses indivíduos sofriam nas suas jornadas de trabalho:

Crianças de ambos os sexos são empregadas a partir do sexto ou até mesmo do quarto ano de idade. Elas trabalham o mesmo número de horas dos adultos, e frequentemente mais do que eles. O trabalho é árduo e o calor do verão aumenta ainda mais o cansaço. Numa olaria em Mosley, por exemplo, uma moça de 24 anos fabricava diariamente 2 mil tijolos, tendo por auxiliares duas moças menores de idade, que traziam a argila e empilhavam os tijolos. Essas moças carregavam 10 toneladas de argila por dia, percorrendo um trajeto de 210 pés, por um aclive escorregadio de uma escavação de 30 pés de profundidade (MARX, 1984, p.356).

É notório que o capitalismo contribui diretamente para que essa ação se propague negativamente por todos os lugares. Isso fica ainda mais evidente, no nosso dia a dia. Presenciamos constantemente cenas lamentáveis, de crianças e adolescentes desenvolvendo atividades tais como: vendendo picolé, balas no ônibus, água em semáforo, carregando feiras em carro de mão, descarregando mercadorias em casas comerciais, dentre outras funções.

Os autores Azêvedo, Fernandes e Menezes (2000) aponta que o trabalho infantil se amplia devido uma maior consciência das sociedades sobre os impactos negativos e da má distribuição de renda, que vem acontecendo entre gerações e a maior parte da população com renda inferior e excluída pela sociedade, e por causa dessa má distribuição as crianças e os adolescentes acabam adentrando no mundo do trabalho para ajudar na renda familiar.

Para Machado (2014) desde o surgimento do capitalismo, as desigualdades sociais se acentuam na medida em que o objetivo deste modelo de produção é o lucro, tendo como mão de obra barata o sexo feminino e as crianças. Nota-se que um dos motivos que impulsionou o crescimento do trabalho infantil foi o modelo capitalista que se acentuou por vários países.

Dessa forma, Marshall (1920), apud Kassouf, (2007) aponta que o crescimento da livre indústria, as jornadas do trabalho das crianças já ocorriam desde o século XVII, até mesmo antes da Revolução Industrial, com o trabalho excessivo, exploratórios e as más condições que havia nas indústrias têxteis onde ofereciam as crianças no início do século XIX.

Segundo Longhi e Santos (2016), as indústrias têxteis no século XVIII, no período da revolução industrial houve um grande crescimento com a evolução das máquinas e a mão de obra barata, uma vez que as famílias se ofereciam para trabalhar e levavam seus filhos, as condições sociais da época não eram favoráveis para as pessoas da classe baixa.

Os autores Longhi e Santos (2016) ainda mencionam que as crianças e adolescentes que moravam em instituições que acolhiam as crianças pobres, eram trazidas pelos proprietários das fábricas para trabalhar como aprendizes, uma vez que esses sujeitos realizavam funções penosas. Mas a partir de 1796, a opinião pública posicionou-se contra esse sistema.

Com isso o número de crianças diminui nas fábricas e estipulou uma idade mínima para trabalhar nessas indústrias, que raramente era o inferior entre oito e nove anos (ENGELS, 2008 apud LONGHI e SANTOS 2016).

Engels, (2008) apud Santos e Longhi (2016), deixa visível ao revelar sobre os maus tratos das crianças e adolescentes sofriam, eram acordados a socos e pontapés para trabalhar e muitos deles não frequentavam escola, abandonando os estudos desde cedo, em decorrência das extensas e cansativas jornadas de trabalho nas fábricas. Durante muito tempo era algo comum a criança ser explorada sem haver qualquer preocupação

na sua fase de desenvolvimento físico e intelectual. Corroborando com essa ideia, o autor destaca que:

As crianças e os adolescentes eram inseridas no ambiente das fábricas em condições de desvantagem recebendo salários inferiores ao dos adultos do sexo masculino, mesmo nos casos de exercício de igual função. As atividades que realizavam nas fábricas eram consideradas como aprendizagem e não como trabalho, isto é, como um favor. (CARDOSO, 2001, p. 11).

Além disso, é importante destacar que a exploração do trabalho infantil também ocorria para além do espaço fabril, nas fazendas, casas de senhores, etc. Portanto, fica em evidência que a exploração do trabalho infantil é um fenômeno social inerente ao surgimento do capitalismo, sendo que o capital se apropria da força de trabalho infantil tendo em vista o processo de valorização do capital. A esse respeito Costa e Calvão (2002, p. 135), menciona sobre o trabalho infantil:

O trabalho infantil está presente desde a Revolução Industrial. O surgimento da máquina, comandando e substituindo o trabalho realizado pelo trabalhador, e a extrema concorrência entre empresários que procuram produzir com menor custo, vão possibilitar o aparecimento de emprego com mão de obra infantil que, segundo Engels, recebiam metade ou até 1/3 do salário do trabalhador adulto.

O trabalho infantil era uma boa opção para as indústrias, uma vez por ser mão de obra barata e menos custos. Segundo Kal Marx (2013), menciona a degradação e a precarização que os seres humanos estavam expostos sobre a exploração do capitalismo, no qual a Revolução Industrial foi a grande responsável pela inserção de mulheres, crianças e adolescentes no processo de produção. Engels(2008), questiona sobre a substituição do trabalho da mão de obra do homem adulto, pelo das mulheres e crianças, isso por serem mais ágeis e o pagamento do salário menor. Diante do que foi colocado, Engels (2008), nas suas palavras revela que:

Tanto na fiação quanto na tecelagem, a partir da introdução das máquinas, o trabalho humano consiste principalmente – já que as máquinas fazem todo o resto – na reparação dos fios que se rompem; esse trabalho não exige força física, apenas dedos ágeis. Então, não só os homens são dispensáveis, como, por outra parte, o maior desenvolvimento dos músculos e da ossatura das mãos tornam-nos menos aptos para esse trabalho que as mulheres e crianças – por isso, estão quase todos excluídos desse tipo de trabalho. (ENGELS, 2008, p. 179).

O autor menciona que quanto mais a inserção das máquinas nas fábricas, menos a mão de obra adulta do homem com seu trabalho braçal e maior a mão obra da criança e da mulher com menos custos e que acabam gerando dessa forma mais aumento de lucro para o capitalismo.

Segundo Thompson (1987, p.203), o trabalho infantil não é algo novo, está ligado a uma parte essencial da economia industrial e agrícola bem antes de 1780. E dessa forma podemos perceber que o trabalho infantil existe bem antes do capitalismo, sendo que o aumento desse trabalho exploratório acontece com o início da industrialização. Sobre essa discussão Thompson (1987), contribui que:

O capitalismo não inventou o trabalho infantil, mas criou as condições para que as crianças não só fossem transformadas em adultos precoces, em trabalhadores livres, como destituídas de uma tradição em que trabalho e relações familiares, como eram vividas nas indústrias e domicílios, permitiam a sua reprodução enquanto criança. Ao entrarem no espaço fabril, jogadas às máquinas, permaneciam sob a supervisão de estranhos, forçadas a se submeter a longas jornadas de trabalho, sem intervalo, recebendo um pagamento inferior ao do adulto pelo seu trabalho (THOMPSON, 1987, p. 204).

É visível percebermos a participação da criança nos trabalhos com suas famílias e a exploração que as indústrias aproveitavam desses sujeitos indefesos e que muitas vezes a sua jornada de trabalho eram bem maiores que a de um adulto e ganhavam bem menos que um adulto. O trabalho nas fábricas era uma forma para que as crianças e adolescentes não fossem para o mundo da marginalização e o trabalho nas fábricas era uma forma de aprendizagem e além de ajudar na renda familiar. Thompson (1987, p.207), enfatiza ainda que o excesso de trabalho das crianças acabava os matando, muitas vezes chegavam de 10 a 12 horas por dia, falta alimentação, a condição do local de trabalho precária, etc.

Se a exploração do trabalho de crianças e adolescentes é marcante durante o início da Revolução Industrial, e ao longo do desenvolvimento das sociedades capitalistas houve medidas de combate ao trabalho infantil, tal fenômeno social ainda persiste principalmente nos países de capitalismo periférico.

3.2 O debate conceitual sobre trabalho infantil

O trabalho infantil durante séculos era visto como algo natural, de aprendizagem e responsabilidade como um ser adulto em miniatura. Ao longo do desenvolvimento do

capitalismo, a mão de obra juvenil foi bastante utilizada nas fábricas, pois políticas e medidas eram destinadas para esses jovens em ocupar esses espaços de trabalho, para não entrar no mundo da criminalidade urbana. Segundo Carvalho (2008) os espaços das fábricas eram vistos como um lugar de “proteção” ou de recuperação dos menores, uma vez que a entrada para o mercado do trabalho lhes transformaria em indivíduos úteis na sociedade.

Nesse sentido, Marques, Fazzi e Leal, (2002) afirmam que a exploração do trabalho infantil é um problema histórico e cultural, na medida em que:

[...] há uma grande dificuldade em erradicá-lo, pois ele sempre foi e continua sendo visto como algo que traz responsabilidades, aprendizado, dinheiro, obrigações, enfim “Dignifica o Homem”, além de afastar crianças e adolescentes dos perigos da rua (MARQUES, FAZZI; LEAL, 2002, p).

Quinteiro (2005, p.140), afirma que “a participação da criança no seu processo educativo não se limita só aos aspectos psicológicos, mas sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos. Dessa forma, é notável que a aprendizagem não se configura na sala de aula, mas, se caracteriza, onde há vivência de culturas distintas para a troca de conhecimentos.

De acordo com Bourdillon (2006), há duas visões hegemônicas sobre o trabalho na infância:

A primeira, caracterizada como visão liberal ocidental, observa na infância um momento único e livre para a aprendizagem e o lazer, onde a criança não deve se preocupar com as responsabilidades do mundo adulto. Nesta linha, o trabalho infantil é visto como instrumento de aprendizagem e benefício próprio; não para o ganho econômico, desconsiderando, assim, qualquer forma de trabalho assalariado. A segunda linha tem uma concepção diferente da infância, ao considerá-la uma etapa de um processo contínuo de transformação com o mundo adulto, onde as crianças se movem gradualmente para desempenhar as atividades, até então, executadas pelos adultos. Nesta visão, o trabalho é considerado natural ao desenvolvimento da criança e fundamental para promover o seu amadurecimento pessoal. (Bourdillon, 2006, p. 627, p. 628).

O autor aponta que o período da infância deve ser aproveitado, para vivenciar os acontecimentos sem nenhuma preocupação. Além disso, a criança e o adolescente não deveriam exercer atividades remuneradas. Isso nos revela que nesta fase o trabalho pode ajudar no desenvolvimento intelectual da criança e do adolescente.

Os autores Azêvedo, Fernandes e Menezes, (2000, p.16), aborda que o trabalho infantil tem um caráter social sobre as crianças, de afastar das situações de risco, na

ausência de políticas públicas para com esses sujeitos ativos na sociedade. Nas perspectivas desses autores, a renda familiar tem pode influenciar na irrefutável na participação das crianças e dos adolescentes, na força do trabalho, pois:

O trabalho urbano infanto-juvenil tem sido tolerado pela sociedade e até mesmo incentivado, na medida em que não representa apenas uma estratégia das famílias para a sua sobrevivência, mas também um item favorecedor da profissionalização dos adolescentes, ou até mesmo como solução para a marginalidade. Além disso, o trabalho infanto-juvenil é diferentemente concebido e utilizado dependendo dos diferentes contextos familiares, culturais e econômicos em que está inserida a criança e o adolescente. (AZÉVEDO, FERNANDES E MENEZES, 2000, p.23).

Nessa perspectiva, é notório que as crianças e adolescente que começam a trabalhar cedo para ajudar seus familiares, nas despesas da casa e até mesmo para manter sua independência financeira.

3.3 Trabalho infantil no Brasil

A definição de “trabalho infantil”, pode ser considerado como perigoso, penoso, insalubre ou degradante, que coloca em risco sua saúde e sua segurança.

No Brasil, a história do trabalho infantil vem desde o período da colonização portuguesa no século XVI, no qual os portugueses faziam das crianças, adolescentes e dos povos indígenas, escravos, eles realizavam os serviços tanto da agricultura como os trabalhos domésticos nas casas dos senhores feudais, uma vez que a mão de obra adulta custava aos portugueses bem mais caros que a mão de obra infantil. Nesse período Brasil colônia as crianças mais jovens eram valorizadas por considerarem o adolescente como um ser adulto a partir dos 14 anos, onde suas tarefas eram iguais dos adultos. Além disso, a função que cada criança exercia variava de acordo com suas idades e com o aprendizado. (AZEVEDO, 2003).

Segundo Kassouf (2007), o trabalho infantil no Brasil se intensificou no período escravocrata, sendo que os filhos dos escravos acompanhavam os pais nos mais diversos tipos de atividades onde as tarefas exigiam esforços superiores às possibilidades físicas. De acordo com Rizzini (2009), ainda que o regime de trabalho escravo priorize a força de trabalho adulta, não excluiu crianças e adolescentes.

Como já foi citada anteriormente a história do trabalho infantil já vem desde os primórdios da colonização do Brasil, com as explorações e trabalhos escravos, tarefas

essas que eram realizadas nas lavouras onde eram executadas pelos filhos caçulas dos índios e negros, havia também as atividades domésticas que eram realizadas pelas crianças, funções desempenhadas na época, com objetivo de auxiliar em sua própria subsistência e a de sua família (RIZZINI, 2009).

Ao longo dos anos à infância foi abordada de várias maneiras, mesmo antes da descoberta histórica do Brasil e antes da chegada dos jesuítas, já se apresentava alguns sinais de mão de obra infantil quando os filhos dos camponeses ajudavam seus pais nos trabalhos das fazendas ou até mesmo nos trabalhos da casa. Diferente dos povos indígenas que através dos seus ensinamentos, eram passados de geração a geração. Vale ressaltar, que esse ato deve ser analisado e, além disso, ser levada em consideração a cultura indígena que se instalava no Brasil, pois a cultura indígena é um exemplo, no qual leva seu filho para acompanhá-lo nas atividades da aldeia é uma introdução aos costumes de sua cultura.

Na cultura indígena, a inclusão da criança nas atividades laborativas estava relacionada à transmissão das tradições e conhecimentos, que eram necessários à manutenção da vida e sobrevivência, tanto individual como coletiva (RIZZINI, 2009).

Com a vinda dos jesuítas e com a participação da corte portuguesa, era passada para as crianças o ensino da fé cristão, sendo que os jesuítas tinham como método utilizar as crianças em seus trabalhos, como forma de ensinamento. Segundo, Rizzini (2008) afirma que, o trabalho das crianças e adolescentes já estava em evidência na vida social dos colonizados.

Mas com a chegada da industrialização no Brasil, a quantidade de trabalhadores só aumentava, e dentre eles encontravam crianças e adolescentes. Esses indivíduos faziam parte do quadro de trabalhadores das indústrias, em particular a têxtil. Moura (1999) aponta que no início da industrialização, houve adaptações das máquinas com intuito de facilitar o manuseio pelas crianças e adolescentes. O objetivo principal dessa exploração do trabalho infantil, era minimizar os custos da produção e por outro lado havia um aumento de lucratividade da empresa.

Ao longo do século XX, a sociedade começou a se manifestar com relação aos tipos de trabalhos exploratórios desenvolvidos pelas crianças e adolescentes, exigindo do Estado medidas protetivas, de fiscalização e de combate à exploração do trabalho infantil. É nesse contexto, que institucionaliza um conjunto de leis e medidas governamentais contra o trabalho infantil e que continuam até hoje na contemporaneidade.

3.3.1 A legislação e medidas governamentais de combate ao trabalho infantil

No que diz respeito à proteção da criança e do adolescente em relação ao trabalho infantil no Brasil, observa-se que existe um marco legal presente na Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em consonância com tratados internacionais³.

Isso nos revela que a questão do trabalho infantil, não surgiu agora no século XXI, embora nos dias atuais, isso ainda acontece em lugares públicos e muitas vezes sem nenhuma preocupação das autoridades competentes.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre antes dos dezoito anos e também estabeleceu o limite de idade mínima para o trabalho em dezesseis anos, ressaltando a possibilidade de aprendizagem a partir dos doze anos.

Dessa maneira, a partir de 1988, surge a responsabilidade da família, sociedade e estado em lutar pelos direitos das crianças e adolescentes, considerando-os sujeitos de direitos em fase de desenvolvimento. Assim, o estado assume a responsabilidade em assegurar e efetivar os direitos fundamentais, não devendo mais atuar como antes, com repressão e força, mas com políticas públicas de atendimento, promoção, proteção e justiça.

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 no artigo 4º deixa claro que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, BRASIL (ECA, 1990, p.16).

³ Pacto de San José da Costa Rica, em 06 de novembro de 1992, pelo Decreto 678, convenção ocorreu em 22 de novembro de 1969;

Declaração Universal dos Direitos Humanos;

A Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela extinta Liga das Nações, hoje Organização das Nações Unidas, a Assembleia Geral da ONU, em novembro de 1959;

Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento das Crianças no anos 90;

Convenção sobre os Direitos da Criança;

Organização Internacional do Trabalho.

Portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura os direitos das crianças e dos adolescentes, tendo uma atenção especial à escolaridade obrigatória. Vale ressaltar que, considera-se como criança e adolescente, segundo, Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, pessoas com idade inferior a doze anos, e adolescentes, entre 12 e 18 anos de idade. É notório que muitos deles estão expostos a violência, drogas, bebidas alcoólicas, assédio sexual, postura irregular, higienização do local, etc.

Nesse sentido, o trabalho infantil pode se configurar como um indicador de negação dos direitos fundamentais, assegurados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), que determinam que seja dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Por mais que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegure a garantia dos direitos, o Estado tem a responsabilidade de fiscalizar e combater a exploração do trabalho infantil. Por isso, os agentes públicos (Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Conselhos Tutelares das Crianças e dos Adolescentes etc.) têm a responsabilidade e o comprometimento de fiscalizar e executar medidas de combate às formas de trabalho que colocam em risco o estado social da criança e do adolescente.

No entanto, mesmo sabendo da existência do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, ainda existe um desconhecimento por muitas pessoas, muitas vezes negligencia de tais responsabilidades. Além disso, ainda que a lei exista, mas não é aplicada da maneira como deveria. Isso é presenciado de maneira explícita onde encontramos crianças e adolescentes trabalhando de forma inadequada e muitas vezes em atividades perigosas e insalubres.

Dentre as medidas governamentais de combate ao trabalho infantil, implementadas após a Constituição de 1988, destaca-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criando em 1996 no Governo de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com A Portaria SEAS/MPAS nº 458 de 2001 (p.1), o objetivo principal do PETI⁴ é descrito da seguinte forma:

⁴ No ano de 1996, o Governo Federal lançou o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI), política social voltada de fato para a erradicação do trabalho infantil, que surge como uma proposta de política pública para resolutividade da questão, e tem como principal objetivo retirar crianças e adolescentes de 07 a 14 anos de idade da situação de trabalho, com ações que envolvem a jornada ampliada e incentivo financeiro para manutenção da criança na escola.

[...] é um programa do Governo Federal que tem como objetivo geral, em parceria com diversos setores governamentais e da sociedade civil, retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre, ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e sua segurança. (PORTARIA SEAS/MPAS nº 458, 2001, p.1).

A importância deste programa para as famílias, que tem filhos com a faixa etária entre 07 e 14 anos, que trabalham em atividades que possam oferecer perigo, que expõem tais crianças e adolescentes em atividades penosas, insalubres e degradantes. Devem ser priorizadas as famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, pessoas que sobrevivem em situação de extrema pobreza.

Mesmo após a implantação do programa nos anos 90, não houve uma redução significativa do trabalho infantil no Brasil, sendo assim, este problema é uma questão social que precisa ser discutida por toda esfera civil, talvez, assim possamos buscar alternativas ou medidas capazes de conscientizar os familiares das crianças e adolescentes que exercem trabalho. Carvalho (2008) destaca que as mudanças e conquistas de programas para a inserção de crianças e adolescentes:

[...] em 1992, o Brasil passou a fazer parte do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil – IPEC, da Organização Internacional do Trabalho. Em 1994 foi criado e instalado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, com o apoio do Unicef e a participação de organizações não-governamentais, empresários, representantes de Sindicatos, da Igreja, do Poder Legislativo e do Judiciário. No segundo semestre de 1996, o Fórum Nacional lançou um Programa de Ações Integradas, que traçou o caminho para a implementação do Programa de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil – PETI no país, orientado para o combate às chamadas “piores formas” desse trabalho, ou seja, àquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes (CARVALHO, 2008, p. 254).

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- Peti, apesar de ter como alvo principal a criança e o adolescente também tinham como horizonte desenvolver ações com as famílias, principalmente através de ações educativas e de geração de emprego e renda e de ações socioeducativas, visando assim a sua inclusão social, contribuindo para o processo de emancipação desses sujeitos, tornando-as protagonistas de seu próprio desenvolvimento social. O PETI buscava contemplar um maior elenco de atividades que envolvesse o trabalho precoce e dessa forma procuravam atuar nos comércios ambulantes, feiras livres, em garimpos, pedreiras, lixões, etc. A meta principal do programa, era de no máximo quatro anos para a permanência dos beneficiários, no qual

o Peti tinha vínculo e responsabilidade com instituições como: a Secretaria de Estado de Assistência Social – Seas, do Ministério da Previdência e Assistência Social. (CARVALHO, 2004, p.51).

As famílias assistidas pelo PETI tinham um acesso prioritário ao Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em áreas de pobreza- Pronager⁵, que foi desenvolvido pelo Ministério do Interior. Por sua vez, o objetivo do Pronager, era “capacitar as pessoas com baixa escolaridade e qualificação e propiciar a esses sujeitos a formação profissional, crédito, produção de consumo, contribuindo para a superação da pobreza e para a redução das desigualdades sociais” (CARVALHO, 2004, p.51). Entretanto, essas expectativas ficaram longe de serem concretizadas. Sendo que por falta de recursos financeiros, o Pronager foi desativado em 2003.

A partir de 2004 o PETI foi incorporados a outros programas federais de transparência de renda (Bolsa Escola, o Vale Gás, ou Cartão Alimentação), e posteriormente condensados em único de Programa Federal, o Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família⁶- PBF foi criado pelo governo Luís Inácio Lula da Silva. Através da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, e posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. É um programa de transferência de renda destinado as famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade social e famílias que vivem em estado de extrema pobreza.

O Programa Bolsa Família objetiva reduzir a pobreza e a desigualdade social no Brasil, proporcionando às famílias o acesso a serviços básicos de saúde, educação, e assistência social, o que demandou uma parceria com estados e municípios para sua efetivação Ainda que auxílio da bolsa família tenha implicado em melhorias nas condições de vida das famílias assistidas, no entanto é uma medida insuficiente de superação da pobreza no Brasil.

De acordo com Mercadante (2010):

O programa Bolsa Família comporta três eixos de atuação: a transferência direta de renda para promover a melhoria imediata das condições de vida das famílias em situação de pobreza; o acesso efetivo das famílias aos serviços básicos de educação, saúde e

⁵O Pronager é um programa que visa gerar ocupação e renda para os chamados ‘excluídos’ sociais, potencializando todos os recursos e vocações econômicas da comunidade.

⁶A lei número 10.836, de 2004, que cria o Bolsa Família, o programa tem por finalidade a “unificação” do PNAA (Programa Nacional de Acesso à Alimentação), criado pelo governo Lula com programas de FHC, entre eles o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cadastro Único do Governo Federal.

assistência social; e a integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil voltado ao desenvolvimento de alternativas de ocupação, geração de renda e elevação do bem-estar das famílias pobres. (MERCADANTE, 2010, p. 363).

O Programa Bolsa Família trouxe vários benefícios para as famílias pobres, uma vez que os mesmos precisam comprovar suas rendas, para receber o benefício, no qual têm que manter os filhos na escola e a vacinação atualizada. E com isso o programa tem um acesso direto através dos dados cadastrais da escola e da saúde pública na vida desses sujeitos. Mercadante (2010, p.80), traz pontos importantes da participação no programa como: a) frequência escolar de 85%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, e de 75%, para adolescentes entre 16 e 17 anos; b) acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos, pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes; c) Acompanhamento de ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho infantil. Segundo Mercadante, o objetivo do programa “não é punir as famílias, mas responsabilizar de forma conjunta os beneficiários e o poder público, que deve identificar os motivos do não cumprimento e implementar políticas públicas de acompanhamento para essas famílias” (idem).

E dessa forma podemos perceber que a partir do programa o bolsa família beneficiou muitas famílias pobres, conseguiram também amenizar a qualidade de vida das pessoas que muitas vezes eram excluídas pela sociedade, e com o bolsa família a renda financeira deu um impacto positivo para a economia local e os beneficiários. Pois as famílias gastam o que recebem do bolsa família na própria município, no bairro que tem uma mercearia, etc. Segundo informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde a criação do bolsa família, houve uma boa redução do trabalho infantil no Brasil, e que a meta é investir na proteção social no qual incluiu acesso a emprego para os adultos e educação para as crianças.

Outro programa implementado pelo Governo Federal nos anos 2000 foi o Projovem⁷, Programa Nacional de Inclusão de Jovens, cujo objetivo principal era “articular programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro, especialmente aqueles direcionados aos jovens de baixa renda e em situação de vulnerabilidade” (MERCADANTE, 2010, p.86).

⁷ É um novo programa unificado de juventude que visa ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional e foi criado a partir da integração de seis

Em 2007 o programa Projovem⁸ passou por uma reformulação, no qual integraria quatro modalidades de atendimento da juventude: O Projovem Adolescente se caracteriza como uma importante política pública de combate ao trabalho infantil de médio a longo prazo, tendo em vista que visa diminuir os danos causados ao desenvolvimento dos jovens explorados na sua infância. A reestruturação do programa vem do programa Agente Jovem; Projovem Urbano, que já é uma reformulação do Projovem Original; tem também o Projovem do Campo, que reorganiza o programa Saberes da Terra e o Projovem Trabalhador, que unifica os programas, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica (BRASIL, 2008).

Com isso o Projovem tem priorizado a qualificação profissional e a aceleração de jovens de baixa renda que não tiveram acesso a uma educação de qualidade (MERCADANTE, 2010, p.87). O autor traz na sua escrita os critérios para os jovens participarem do Programa Projovem:

Projovem Adolescente: gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, destina-se a adolescentes de 15 a 17 anos, de famílias beneficiárias do Bolsa Família, egressos ou em cumprimento de medidas socioeducativas ou de proteção, ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), ou de combate ao abuso e à exploração sexual.

O programa oferece atividades socioeducativas durante 24 meses e um adicional de até dois benefícios mensais de 30 reais, por família do programa Bolsa Família. Esses programas é uma forma dos jovens se afastarem dos riscos que a sociedade pode oferecer como, por exemplo, a marginalização.

Com relação ao programa Menor Aprendiz⁹, surgiu com a Lei nº 10.097/2000, de 19 de dezembro do ano 2000. Tendo como finalidade promover a inserção de adolescentes e jovens, com idades de 14 a 24 anos, no mundo do trabalho, que estejam regularmente matriculados e frequentando a escola, se não concluído o Ensino Médio, devendo ainda estar inscritos em programas de aprendizagem desenvolvidos pela empresa contratante do jovem em parceria com as denominadas Entidades Formadoras: SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESCOOP, Escolas Técnicas de Educação,

⁸ programas já existentes - Agente Jovem, Saberes da Terra, **ProJovem**, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola.

⁹ O Decreto Presidencial nº 5.598/2005 define o aprendiz como o jovem maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, tendo como exceção à idade máxima as pessoas com deficiência, que não possuem limite de idade para que sejam considerados aprendizes.

incluindo as Agrotécnicas e as Entidades sem Fins Lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse programa é uma das maneiras de se enfrentar o trabalho infantil, garantir educação, qualificação profissional e medidas necessárias ao trabalho adolescente protegido.

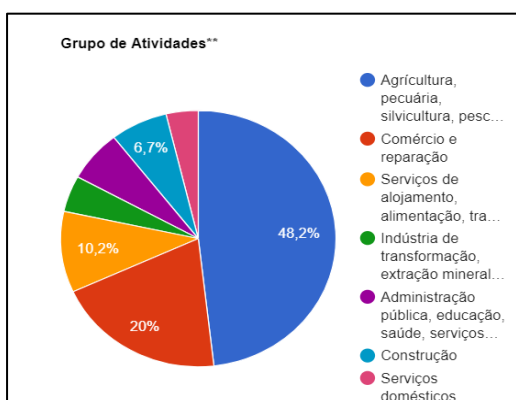
Os programas governamentais, como o Peti, Bolsa Família, Menor Aprendiz e o Projovem, tem como finalidades, diminuir as desigualdades sociais, a pobreza, aumentar a acessibilidade aos serviços básicos.

3.3.2 A situação do trabalho infantil no Brasil e na Bahia na atualidade.

É notável ainda nos dias atuais a persistência do trabalho infantil na realidade brasileira, seja nos grandes centros urbanos ou em cidades de médio ou pequeno porte, a exemplo de Amargosa (lócus dessa pesquisa). Seja no campo ou na cidade, a paisagem social é marcada pela presença de crianças e adolescentes desenvolvendo diversos tipos trabalhos, tais como: vendendo picolé, frutas, verduras, carnes, bebidas, rifas, carregador de feiras e dentre outras funções. E não são raras, as situações de trabalho infantil análogas ao trabalho escravo.

Durante a matéria realizada pela revista Veja, foi constatado que segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que no Brasil, tinha 1,8 milhão de crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos trabalhando em 2016, dentro de uma população de 40,1 milhões nessa faixa etária. Isso mostra que por mais que exista uma lei que proíbe este tipo de trabalho, ainda acontece de forma escancarada e poucas providências são tomadas. O gráfico abaixo (imagem 1) apresentar grupos de atividade que tem a participação de pessoas de 0 a 17 anos de idade.

Figura 1: Mapa do Trabalho Infantil
<http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/mapa-do-trabalho-infantil>



Segundo o Mapa do Trabalho Infantil, o estado da Bahia é o terceiro do país com maior número de contingentes de crianças e adolescentes que trabalham. Percebe que a agricultura é o setor que mais explora o trabalho infantil, em seguida está o comércio.

Vale ressaltar que segundo o IBGE, entre 2004 e 2015, o trabalho infantil caiu pela metade no Brasil, de 5,3 milhões para 2,7 milhões. Por mais tivemos essa redução, no município de Amargosa, ainda é nítido a presença constante de crianças e adolescentes trabalhando de maneira ilegal.

Nessa perspectiva, acreditamos que um dos motivos que podem levar essas crianças e adolescentes a exercer jornadas de trabalho é a condição familiar. Dessa forma o trabalho desenvolvido pelas crianças e adolescentes, pode amenizar a situação de desigualdades sofrida por eles. A criança e o adolescente ao serem inseridos, no mundo do trabalho acabam exercendo na maioria das vezes trabalho de adulto. Isso foi percebido durante a realização desta pesquisa.

Dessa forma essas crianças e adolescentes começam a ter responsabilidade de pessoas adultas. Afinal, o que entende sobre infância? Costa e Calvão (2002) aponta que o conceito de infância não se aplica a todas as crianças, pois as que trabalham podem perder o momento de brincar, estudar e de ser cuidada e preparada para a vida adulta. No que se refere a educação dos pais, das crianças e dos adolescentes que começam a trabalhar cedo, a maioria das vezes são pessoas semianalfabetas e com baixo poder aquisitivo. Nesse sentido, Kassouf (2007) aponta que:

A maioria das pesquisas realizadas inclui a escolaridade dos pais nas equações de trabalho das crianças, tratando mães e pais separadamente. Entretanto, há um número grande de estudos que inclui somente o nível de escolaridade do chefe da família. Ao interpretar os coeficientes de educação dos pais, é importante saber quais as variáveis incluídas na regressão. Em particular, se a renda da família não for controlada, qualquer efeito da educação dos pais tenderá a incluir o efeito renda, uma vez que pais mais educados tendem a ganhar mais e ser mais ricos. Se for observado que crianças de pais mais educados são menos propensos a trabalhar e a renda estiver mantida constante, então uma interpretação plausível para o efeito da educação é em termos de aspiração para o futuro da criança e grau de subjetividade para a preferência na alocação do tempo. (Kassouf, 2007).

A renda familiar baixa é um dos fatores que implica o trabalho infantil, pois muito dessas crianças não tem o que desejam ou até mesmo tem o básico que a mãe ou

pai consegue dar na maioria das vezes por meios de muitos esforços. Segundo Corsaro (2011), discute que:

Quando aplicadas à sociologia da infância, as perspectivas interpretativas construtivistas argumentam que as crianças, assim como os adultos, são participantes ativos na construção social da infância e na reprodução interpretativa de sua cultura compartilhada. Em contraste, as teorias tradicionais veem as crianças como “consumidores” da cultura estabelecida por adultos (CORSAIRO, 2011, p.19).

Por conta dos pais não possuírem uma renda fixa, a criança e o adolescente acabam procurando uma alternativa para suprir suas necessidades. Ainda, segundo Azêvedo, Menezes e Fernandes (2000), vêm afirmando que:

[...] Os impactos de mudanças na estrutura das famílias como um dos elementos desagregadores da solidariedade intrafamiliar que resulta em um aumento da oferta de trabalho das crianças e adolescentes, naquelas famílias chefiadas por um único adulto, seja o pai ou principalmente a mãe (AZÊVEDO, MENEZES E FERNANDES, 2000, p.29).

Dessa forma, percebe-se que a probabilidade dessa criança trabalhar é bem maior, ainda mais quando a situação familiar é delicada e chefiada por um único adulto, ou seja, a criança e o adolescente acabam inserindo-se, no mundo do trabalho cada vez mais cedo. Sendo que a entrada precoce no mercado de trabalho pode causar ser um grande impacto no desenvolvimento social e intelectual.

É notório que o trabalho infanto juvenil nas cidades, tem sido ignorado em pleno século XXI, por alguns grupos sociais tais como: a igreja, família, comunidade, ministério público e em particular o conselho tutelar, uma vez que é um dos órgãos responsáveis em tá fiscalizando e coibindo tais práticas.

O que podemos perceber que a vulnerabilidade social econômica não é um dos fatores decisivos para a entrada da criança e do adolescente no trabalho. Lima e Almeida, (2010, p. 353), aborda que:

Isso mostra a pertinência de se avançar na interrogação sobre o lugar da criança no espaço econômico. Uma das maneiras de se fazer isso é tomar como objeto de estudo as percepções que envolvem as práticas relacionadas ao trabalho infantil por parte dos atores sociais mais diretamente envolvidos: as famílias dos grupos populares e suas crianças.

Muitas famílias acabam fazendo “vista grossa”, diante do trabalho que os filhos exercem, pois, mesmo sabendo da proibição do trabalho infantil, permitem que eles trabalhem, uma vez, que irá ser ajudado diretamente. Sendo que para muitos desses pais prefere ver seus filhos trabalhando cedo e adquirindo responsabilidade, do que vê-los no mundo da marginalização. Conforme Azêvedo, Fernandes e Menezes (2000, p.16):

[...] Consideram o trabalho infantil importante pelo caráter de socialização que ele exerce sobre as crianças, além do afastamento de risco, na ausência de políticas públicas e falta de perspectivas de outras formas de ocupação do tempo das crianças das famílias pobres e/ ou discriminadas racial/ etnicamente.

Os autores apontam que o trabalho possibilita a criança e ao adolescente, a criar laços de interações sociais, ainda proporciona uma melhor qualidade de vida. O fato da criança, começar a trabalhar cedo, pode ter impactos tanto positivos como negativos. Dessa forma, os autores trazem o que o trabalho pode provocar nas crianças e nos adolescentes aspectos positivos:

[...] o aprendizado de competências e habilidades; o ambiente de trabalho pode ser ao mesmo tempo lúdico; o trabalho também promove a transmissão de valores e normas de comportamento; dispõe de acesso à cultura local; promove responsabilidades e autonomia; na visão dos familiares o trabalho protege dos perigos da rua; em alguns casos desempenho escolar pode melhorar; o trabalho é visto como forma de colaboração e expressão de coesão familiar; na maioria das vezes contribui à “independência” financeira; estabelece relações de confiança e de solidariedade; contribui ao desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral da criança; causa sentimento de pertencimento; ensina a relação de cooperação e troca; pode melhorar a autoestima através do reconhecimento social e material, sentimento de competência. Enfim, são fatores que não devem ser desconsiderados quando estudamos um fenômeno tão complexo e subjetivo como é o trabalho de crianças e adolescentes (ALVEZ-MAZZOTTI, 2002; ROCHA 2003; FEITOSA; DIMENSTEIN, 2004; LEÃO, 2006, INVERNIZZI; TOMÉ, 2007; LIBÓRIO, 2009; CARDOSO; SOUZA, 2011; MANTOVANI, 2012; PIRES, 2012; Apud OLIVEIRA, 2014, p. 36,37)

Sendo assim, o trabalho pode ser visto como pré-requisito, para uma emancipação social. Uma vez que, Corsaro, (2011), enfatiza que, em teoria o trabalho infantil não sendo prejudicial ao desenvolvimento da criança e do adolescente, seria um conhecimento para preparar as crianças para trabalhos futuros.

A situação do trabalho infantil ainda é muito presente na Bahia, por mais que tenha leis presentes ou não, a criança e o adolescente desenvolvem suas atividades

remuneradas, em feiras livres, semáforos, ajudantes de pedreiro, vendedores de doces, frutas, verduras, picolés, lavador de carros, motos e todas essas funções os mesmos desenvolvem felizes por saber que serão gratificados pelos seus serviços.

A minha intenção enquanto pesquisadora deste trabalho não é defender o trabalho infantil, mas problematizar, questionar, e até que ponto essa situação continuará? Por mais que seja um aprendizado social, não queremos que crianças e adolescentes, acessem o mundo adulto precocemente, com muitas responsabilidades e preocupações, mais que elas aproveitem a infância como se deve, brincando, estudando.

Estamos no século XXI, com as mesmas histórias de erradicar o trabalho infantil, de ver as crianças agindo em certas situações, como um ser adulto. Tirar essas crianças e adolescentes das ruas e dentre outras situações, não é tão fácil, dessa forma a ausência de políticas públicas ainda é constante no Brasil e na Bahia.

Ao debruçar sobre esta temática de estudo, algumas indagações surgiram, tais como: Por que as crianças e adolescentes trabalham tão cedo? Como se dá a relação entre trabalho e escola? O que as crianças e os adolescentes trabalhadores pensam e esperam do futuro? Essas e outras inquietações me impulsionaram a investigar e estudar minuciosamente sobre a temática proposta.

Dessa forma, concluímos que o egresso da criança e do adolescente no mundo do trabalho acontece na maioria das vezes por conta das condições financeiras que seus familiares passam. No entanto, é preciso que o poder público junto com a sociedade civil, desenvolvam políticas públicas de conscientização sobre os impactos que o trabalho precoce pode ocasionar. Além disso, é necessário que novos projetos de capacitação de profissionais sejam criados priorizando as classes mais pobres. Com isso, podemos ter uma diminuição do trabalho do infantil. No capítulo adiante, discutimos os aportes metodológicos que utilizamos para desenvolver esta pesquisa.

4. PERCUSSO METODOLÓGICO

No presente capítulo, apresentamos a caracterização do campo e sujeitos da pesquisa, os seus caminhos metodológicos, procedimentos para obtenção de dados e análise do conteúdo. Nele, buscamos elucidar de forma fundamentada os passos trilhados para a realização deste estudo, a fim de uma compreensão panorâmica do processo percorrido desde o momento da imersão no campo, passando pelo processo de coleta das informações, até o momento do tratamento dos dados recolhidos no campo empírico. Toda essa abordagem é de fundamental relevância para que possa evidenciar o rigor metodológico da pesquisa.

4.1 Abordagens metodológica da pesquisa

A pesquisa é caracterizada, segundo Gil (2009), como um processo formal e que objetiva fundamentalmente a descoberta de respostas para os problemas e inquietações, por meio de procedimentos sistemáticos e científicos. Por toda a necessidade de processos sistemáticos é que o conhecimento busca ao fenômeno estudado da forma como ele se apresenta, sem máscaras ou contaminações. Mesmo diante de toda sistemática e rigor, o conhecimento científico não deve se sobrepor as outras formas de conhecimentos, pois cada um tem sua especificidade.

Com isso, o intuito da pesquisa é encontrar respostas podendo ser esperadas ou não, para poder compreender determinado problema. Para tanto, a pesquisa intitulada como **Trabalho e trajetórias escolares de Crianças de Adolescentes: um estudo de caso na feira livre de Amargosa- Ba**, parte de uma abordagem qualitativa na qual Ludke e André (1986, p.11), ressaltam que pressupõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra, através do trabalho intensivo de campo.

Nesse sentido, foi utilizada a metodologia de pesquisa estudo de caso, que é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência (YIN, 2005, p.32). A escolha desse método de pesquisa se deu por proporcionar um maior contato com os sujeitos, fazendo com que transcenda o objeto de pesquisa.

Nessa perspectiva a pesquisa qualitativa nos permite abranger melhor os acontecimentos da realidade na qual os sujeitos estão inseridos. E dessa forma discutimos as possíveis causas e consequências que as crianças e adolescentes optaram em começar a trabalhar precocemente.

A esse respeito, Bogdam, Robert (1994, p.48) enfatizam que os investigadores qualitativos tendem a preocupação de estar no local de pesquisa por conta de seu contexto e percebem que as ações podem ser melhor abrangidas quando são mais observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Vale salientar ainda que esta pesquisa teve a participação direta do pesquisador, uma vez que foi por meios do contato pessoal que obtivemos informações que culminou nos resultados finais.

Podemos ressaltar que a pesquisa se deu no próprio campo de trabalho o que precisou de mais atenção e cuidado, tornando assim um grande desafio.

A realidade que passei durante a infância, tem pontos em comuns com a dos sujeitos que participaram ativamente nesta pesquisa. Aos 10 anos, comecei a trabalhar na feira livre de Amargosa-Ba, por meio de um convite de uma vizinha. Não ganhava um valor fixo por sábado, ela me pagava conforme o rendimento da feira. O pouco que recebia na época dava aos meus pais para ajudar nas despesas da casa, às vezes utilizavam para comprar materiais escolares. Anos se passaram e acabei saindo deste trabalho. Depois de algum tempo, conheci meu companheiro que trabalhava na feira vendendo confecções. Já maior de idade, ele me propôs a trabalhar com ele, acabei aceitando. No entanto, comecei a presenciar cenas que me trouxe várias inquietações. Entre elas, destaco o trabalho que as crianças e adolescentes desenvolvia.

Diante do que vivenciei na feira livre, aprendi a valorizar centavos por centavos, respeitar mais as pessoas independente da classe social, sonhar com dias melhores e ainda passei a acreditar que tudo é possível quando tracejamos e estratégias para atingi-las.

Destaco que investigar esse campo de estudo exigiu o exercício de compreender a realidade do trabalho infantil na feira livre, como algo a ser problematizado e discutido constantemente para além do que se apresenta para mim como familiar.

Para discorrer sobre o trabalho infantil na feira livre de Amargosa é necessária a realização de investigações, uma vez que com as mudanças da sociedade vão surgindo novos fenômenos que careçam ser estudados e analisados e isso só será possível mediante realização de pesquisas. Para a realização dessa pesquisa fez-se necessário o

cumprimento de algumas normas para que a mesma tivesse os melhores resultados possíveis.

4.2 Os instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados utilizados durante a pesquisa de campo envolveram a observação direta, uma vez que os participantes eram de fácil acesso, e a realização de entrevista semiestruturada, cuja estrutura nos permitiu no processo da entrevista modificar os questionamentos de acordo com as respostas de cada entrevistado. Sobre a observação Gil (2008, p.119) aponta que:

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva (GIL,2008, p.119).

Percebe-se como é importante para o campo científico o contato direto do pesquisador com o pesquisado. Vale salientar ainda, que mesmo tendo proximidade entre os participantes as observações nos possibilitam inúmeras informações, porém muitos fatos podem ser omitidos pelos sujeitos envolvidos na pesquisa. Por conta disso, é de suma importância que o entrevistador tenha um olhar rebuscado, minucioso, sensível e cuidadoso para que tenha êxito na sua pesquisa.

Ainda a esse respeito, Gil (2009, p. 101) traz uma reflexão no qual revela que “As pessoas, de modo geral, ao se sentirem observadas, tendem a ocultar seu comportamento, pois temem ameaças a sua privacidade”.

A observação foi escolhida para utilizarmos na coleta de dados desse trabalho, pois a mesma nos possibilita apreender diversas situações, as quais não teriam acesso apenas por meio de perguntas realizadas.

No que se refere a entrevista semiestruturada, estamos de acordo e concordamos com Haguette (1995), ao afirmar que se trata de um processo em que acontece uma interação social, onde o entrevistador busca informações do entrevistado, através de um roteiro que descrevam tópicos em torno de um problema principal. Através dessa técnica, o entrevistado tem maiores possibilidades de falar sobre sua experiência, a partir do proposto pelo pesquisador, lhe permitindo que os mesmos respondam de maneira livres e espontâneas.

Utilizamos a entrevista com as crianças e adolescentes que trabalham na feira livre de Amargosa. Neste tipo de entrevista, o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, pois é frequente o investigador conhecer o sujeito antes da investigação e começar a entrevista por uma conversa normal (BIKLEN E BOGDAN, 1994; GIL, 1999).

No processo da pesquisa também buscamos dados relevantes por meio de conversas informais, onde procuramos deixar os entrevistados bem à vontade para não se sentirem constrangidos ou inseguros com o que íamos perguntado.

Para a realização dessa pesquisa, inicialmente foi solicitada uma autorização aos pais ou responsáveis das crianças e dos adolescentes. Sendo assim, antes de pedir a autorização dos responsáveis de maneira formal, foi fundamental um diálogo inicial, explicando o tema a ser pesquisado, os objetivos, ou seja, uma apresentação sumária do projeto de pesquisa. Essa autorização e formalização desta coleta de dados deram-se por meio de um documento entregue pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia, o qual os responsáveis dos sujeitos assinavam concordando e autorizando a divulgação das informações coletadas.

Através das entrevistas realizadas, procuramos identificar, na percepção dos entrevistados, o porquê começar trabalhar tão cedo na infância, as trajetórias escolares, as condições de trabalho na feira livre e as perspectivas futuras em relação ao trabalho e a educação. A entrevista foi realizada com a participação de quatro sujeitos entre criança e adolescentes que trabalham na feira livre do município de Amargosa. Vale ressaltar que utilizamos nomes fictícios de pessoas para caracterizar os sujeitos na pesquisa: Ana, Caio, João e Pedro.

Para realização desta pesquisa foram entrevistadas uma criança do sexo feminino e três adolescentes do sexo masculino, com idades entre dez (10) e dezesseis (16) anos. A menina (Ana 10 anos) trabalha vendendo melancia; e nos casos dos adolescentes, um trabalha como carregador e na barraca de verduras do sogro (Caio, 16 anos), e os demais adolescentes, trabalham só como carregadores na feira (João, 15 anos e Pedro, 16 anos).

Para chegarmos a essa criança e aos adolescentes, que trabalham na feira livre, houve primeiro uma aproximação, com alguns já tinha algum contato por vender roupa na feira e a partir desse contato houve a proposta se seria possível realizar uma pesquisa com eles sobre seus trabalhos na feira. Alguns ficaram receosos, tímidos e sem jeito de responder, mas depois de explicar como era a pesquisa, para que seria utilizado, que

iria conversar com os pais para pedir autorização, enfim depois de conversamos todos aceitaram.

Trata-se de 04 entrevistados, moradores de bairros periféricos da cidade de Amargosa e com idades entre 10 e 16 anos. Além disso, optamos por não fazer a entrevista só com o sexo masculino, uma vez que encontramos tanto meninos quanto meninas em situação de trabalho infantil na Feira Livre de Amargosa.

Durante o processo de observação realizado na feira de Amargosa, foi identificado a presença de crianças e adolescentes exercendo atividades com os seus carrinhos de mão e as vezes ajudando alguém nas barracas de frutas e verduras. Foi notável que alguns deles chegam à feira logo nos primeiros horários, entre 4h:30 e 5:00h da manhã, à espera dos carros, camionetes e caminhões que chegam com mercadorias para ser descarregadas.

Essas crianças e adolescentes ficam separados por bairros, pois a rivalidade de bairros faz com que eles se separem para não haver briga entre eles. Geralmente, ficam todos do mesmo lado, porém afastados, à espera de freguês para levarem suas mercadorias. Muitos desses jovens, não levam feiras em todos os bairros, com medo de serem assaltados ou sofreram algum tipo de violência como, por exemplo, serem espancados ou ameaçados.

São negros, oriundos de famílias pobres e moradores de bairros periféricos, que geralmente começam trabalhar, acompanhando os pais, sozinhos ou até mesmo com colegas e crescendo na dinâmica da responsabilidade. Nesse sentido, Garcia (1992) citado por Barros (2008), aponta que:

A maior liberdade desfrutada pelos meninos, aliada à idéia de que 'é preciso se virar na vida', permite que os filhos de *trabalhadores alugados*, cujos pais via de regra são excluídos das atividades mercantis, se iniciem na feira, começando a prestar pequenos serviços aos vendedores ou consumidores (GARCIA, 1992, apud BARROS, 2008, p.76).

Muito dessas crianças começam a trabalhar, ganhando bem pouco, R\$ 5,00, 10,00, por sábado ou as vezes recebem verduras, frutas em troca do serviço. Já os adolescentes, geralmente começam a trabalhar para si próprio, tendo também mais responsabilidade e atenção. Dessa forma, percebe-se que algumas crianças e adolescentes, filhos de famílias pobres, começam a trabalhar cedo para ajudar nas despesas de casa e adquirir autonomia financeira. Isso nos leva a pensar que o pai ao ver

seus filhos trabalhando, podem até mesmo não comungar daquele episódio. Por outro lado, fica tranquilo por saber que seus filhos não estão se envolvendo no mundo da criminalidade.

4.3. Lócus da Pesquisa: a feira livre

As ilustrações 02 e 03 mostram como era a Antiga Feira da cidade de Amargosa localizada na praça Tiradentes até a década de 90. Nesse período passava uma estrada de ferro.

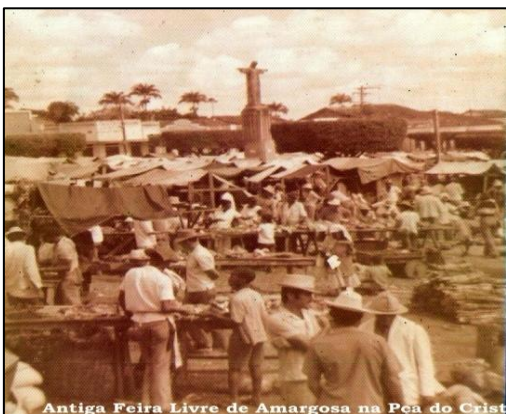


Figura 2: Antiga Feira de Amargosa
Fonte: Acervo pessoal



Figura 3: Antiga Feira de Amargosa
Fonte: Amargosaemfotos.blogspot.com.br

Atualmente a Feira Livre de Amargosa está, localizada na rua Riachuelo, Centro. Vale ressaltar que a maioria da área da feira é coberta. Possui uma organização conforme os seguimentos das atividades. Segue abaixo imagem 04 que representa parte da feira de Amargosa.



Figura 4: Feira atual
Fonte: Acervo pessoal

Antes de relatar sobre o campo da pesquisa é necessário atentar a um fator importante, saber: observar, compreender e instigar sobre o município onde a feira livre está inserida.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), Amargosa é um município brasileiro do Estado da Bahia, localizado na Mesorregião do Centro-Sul Baiano e na Microrregião de Jequié. Apesar de o município fazer parte da região de Jequié, Amargosa fica na área de influência comercial de Santo Antônio de Jesus. De acordo com o IBGE, a população estimada para Amargosa em 2016 é de 38.041 habitantes.

O nome desta cidade teve origem na caça das pombas de carne amarga que faziam parte da fauna local, e que atraía caçadores da região, através do convite: "vamos às amargosas?"

A pesquisa foi realizada na feira- livre do município de Amargosa-Ba, localizada no centro da cidade, na rua Riachuelo. Sua origem é antiga e teve grande influência no surgimento do próprio núcleo urbano, ganhando mais importância com a construção da estrada de ferro no final de século XIX.

A feira- livre é um espaço de trocas econômicas e simbólicas constituída de uma notória dimensão espacial. Segundo MOTT (1975), a feira- livre tem atribuições sociais, econômicas, culturais e políticas, onde compradores e vendedores que se juntam com a finalidade de trocar, vender ou comprar bens e mercadorias.

Até a década de 90, a feira- livre era funcionava na Praça Tiradentes, as quartas e sábados, servindo como um ponto de comércio da cidade. As barracas eram montadas e desmontadas, sendo que grande das mercadorias comercializadas ficava exposta ao

chão. A feira de Amargosa ocupava quase toda área da Praça, sendo distribuída em partes.

Neste local comercializava uma grande diversidade de mercadorias, dentre elas haviam, verduras, frutas, feijão de corda, andu, bananas, legumes, farinha de mandioca, sacos de feijão e de milho, carne de porco e de carneiro, toucinho, linguiça, panelas de alumínio, potes de barro, cordas de fumo, chapéus de palha, esteiras, dentre muitos outros.

Como o espaço não era asfaltado e situado em um terreno acidentado era impróprio para o comércio, uma vez que no período de chuvoso formavam-se poças de lama junto com as mercadorias. Nesta época o meio de transporte mais comum dos feirantes eram os animais, que defecavam pelas ruas e o mau cheiro era constante, sem contar que o espaço era pequeno, as barracas ocupavam boa parte das vias de acesso entre os bairros da cidade.

Em 1996, na gestão da Iraci Silva, a feira-livre foi deslocada para a Praça Josué Sampaio Melo, onde está instalada hoje. O espaço físico foi estruturado e organizado de forma diferente do modelo antigo, com barracas permanentes, construção de tijolos e azulejos, e pavilhões onde são vendidos alimentos como: carnes, verduras, legumes, frutas, sapatos, roupas, ervas medicinais, e entre outros. A feira livre atualmente está coberta, exceto a parte de confecções.

Neste espaço possui o mercado municipal, que é composto por vários seguimentos, tais como: vendedores de beiju, restaurante, bares, vendedores de farinha, loja de confecções, barbearias, lanchonetes, salão, entre outros. O espaço físico da feira é toda cercada por grades, é possível identificar uma variedade de produtos. Além disso, existe uma equipe que faz a segurança deste local.

A feira livre do município de Amargosa- Bahia é um dos lugares mais frequentados pela população tanto da cidade quanto zona rural, bem como de alguns municípios vizinhos. Também é um espaço de sociabilidade, onde as pessoas encontram os amigos nos bares para um momento de descontração ou quem trabalha na feira depois de um dia de trabalho. Segundo Almeida (2009), a feira livre por estar localizado em local urbano e bem localizado, acaba sendo local de encontros, tradições e práticas com sentidos e significados nas trajetórias e cotidianos de diferentes atores sociais.

É um espaço que tem pessoas de culturas diferentes e de aprendizado mútuo, o feirante que vende seus produtos, frescos e com preços agradáveis para chamar a freguesia. Na feira há também o momento de cultura e diversão, quando vai o grupo de

capoeira, samba de roda, as pessoas acabam participando e se divertindo por alguns minutos.

A feira, de acordo com Fonseca (2006, p. 8) é um espaço sociocultural, onde tudo se mistura e tudo se transforma: “O campo e a cidade, o mar e o sertão, todos estão ali presentes, nos alimentos, nos olhares casuais, no jeito sempre a vontade dos feirantes, nos modos, costumes, no interesse curioso pelas novidades”. Muitos feirantes trazem do campo sua agricultura familiar para ser vendida na feira, pois são frutas, verduras, hortaliças tudo fresca e de qualidade, além do mais o preço agrada muitos que vão a feira todos os sábados. A feira livre de Amargosa acontece as sextas e aos sábados nas primeiras horas do dia e prolonga até o final da tarde com algumas barracas, bares, em funcionamento.

É importante destacar, que para muitas famílias que trabalham na feira da agricultura familiar é a única fonte de renda e por diversos motivos, uns por não conseguirem entrar no mercado de trabalho por não terem oportunidades e outros por até mesmo só se dedicarem aquele trabalho com a família ou sozinho, dessa forma a feira acaba sendo o único meio de sobrevivência.

Como já foi citado anteriormente a feira é dividida por setores: setores das frutas, legumes, hortaliças, temperos verdes, etc. Temos o setor onde se encontra fumo, cereais, bebidas, charques, conhecida como carne de sertão, etc. Os boxes dos açougues, onde todas as carnes ficam refrigeradas e os boxes da carne de sol e da carne de suíno, esses boxes cada açougueiro tem o seu, onde cada um paga um tributo todo mês com determinado valor. Além disso, tem o setor de roupas e confecções. Na feira há mais de 300 barracas, com vários produtos para servir toda a população que chega para comprar e visitá-la.

Atualmente, estão sendo construídos os boxes da carne do sol, para uma melhor higiene, e todos os boxes novos terão também refrigeradores, além do mais por ser a atração da cidade e para os turistas, “a famosa carne do sol de Amargosa.” A carne do sol de Amargosa é famosa e procurada por ser uma carne saborosa, sendo um prato tradicional da calúnia local e regional. Geralmente as carnes começam a chegar à cidade de Amargosa na sexta feira, pois os animais são abatidos na cidade de Santo Antônio de Jesus, chegando todas refrigeradas para ser entregues aos açougueiros que trabalham na feira.

Com relação a higiene da feira, há um serviço diário de limpeza pública do local, sendo que duas ou três vezes na semana cada setor da feira é lavado para que se

mantenha a limpeza, de tal forma que seus os frequentadores sintam-se confortáveis. A higienização da feira com relação a alimentação melhorou muito, deixando as pessoas mais tranquilas por vê que principalmente as carnes estão todas refrigeradas.

Muitas pessoas que frequentam a feira demonstram nas conversas informais que por achar diversos produtos e preços melhores só compram na feira na sexta ou no sábado e por achar tudo fresquinho e muitas vezes naturais. Temos também o setor de confecções, roupas, sapatos utensílios para cama, mesa e banho, que as pessoas vão a feira comprar por ter um preço mais agradável e negociável. E mesmo com a proliferação de supermercados na cidade as pessoas usufrui muito dos produtos vendidos na feira, garantindo assim o emprego e renda de muitos sujeitos.

A feira livre é um espaço que trabalho adulto, criança e idoso, é um local de troca e venda, pessoas da zona rural ou até mesmo de outros municípios que traz seus produtos para serem vendidos no local da feira, que é um espaço de construção social e de valores a partir dos interesses culturais e econômicos. No entanto, mesmo com todas essas diversidades na feira, de produtos, vendedores, comprador e dos visitantes, percebemos que há um grande número de crianças e adolescentes exercendo diversas funções, a exemplo os meninos dos carrinhos de mão que carregam as mercadorias dos compradores que levam até suas residências ou até mesmo carregam para os que trabalham na feira, para guardar em boxes, nos carros, etc.

Segundo o responsável da feira livre, quando em conversamos sobre o espaço, o mesmo relatou que nem todos os barraqueiros/ barracas são cadastrados, pois o setor das barracas de madeiras nenhum barraqueiro paga, porém não podem vender ou fazer trocas com segundos. Os cadastrados todo mês recebem um tributo com um determinado valor para ser quitado, sendo que nem todos efetuam esse pagamento por acharem abusivo o valor. A finalidade desses tributos é para organizar os espaços dentro da feira e também no mercado municipal, desta forma estará promovendo assim uma maior comodidade, tanto para aqueles que irão expor seus produtos, como para os consumidores que irão circular pela feira livre.

A feira livre como já foi citado no decorrer da escrita é um lugar onde todos aprendem um com o outro, um lugar onde constroem e reconstroem saberes enquanto se trabalha, compra e conversa, no qual tudo isso deve ser valorizado o que se aprende

nesse espaço de conhecimento. Além do mais a feira livre é um espaço educativo não-formal de aprendizagens e troca de saberes.¹⁰

A feira é um espaço onde todo momento se aprende, vivenciando saberes, gostos, diferenças e descobrindo novos amigos, colegas, etc. Dessa forma Vedana, (2004) apud Souza, (2015), aborda que:

[...] as feiras livres, sobretudo no universo de cidades brasileiras, devem ser pensadas como importantes lugares onde são produzidos, cotidianamente, saberes do trabalho, caracterizados por atos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, formas de agir e se relacionar z fomentadas por feirantes e fregueses, onde se ergue uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos atores sociais no âmbito desses territórios construídos e reconstruídos cotidianamente (VEDANA, 2004 apud SOUZA, 2015, p.1 Vedana, 2004 apud Souza, 2015, p. 135).

São diferentes contextos que existe na feira, muitos saberes de diferentes e culturas diversificadas. Um lugar que não pode ser visto só como compra e venda, mas com a produção de saberes que trazem consigo muitas aprendizagens de vida.

A Feira Livre de Amargosa-Ba é um local onde circula muitas pessoas da cidade, da zona rural e cidades circunvizinhas, com intuito de comercializar e comprar diversos produtos. Esse espaço, para muitas famílias é o único meio que possuem para retirar a renda mensal. É notório a presença de crianças e adolescentes exercendo atividades remuneradas e muitas vezes sem o acompanhamento de um responsável.

O próximo capítulo discute o contexto, familiar e escolar da criança e adolescentes que trabalham na Feira Livre de Amargosa-Ba.

¹⁰ Segundo Gohn (2009), a cidadania é o principal foco da educação não formal se desdobrando em diversas demandas como educação para justiça social, direitos (humanos, sociais etc.), igualdade, democracia, entre outras. Entendendo que a educação não formal “são processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações organizadas segundo os eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, etc.” (GOHN, 2009, p. 31).

5. O CONTEXTO QUE AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES VIVEM NA FEIRA LIVRE DE AMARGOSA-BA

Neste capítulo, discutimos os resultados encontrados a partir da análise dos dados adquiridos através da observação e das entrevistas semiestruturadas. Os resultados foram ponderados a partir da Análise do Conteúdo (Bardin, 1977), pois tal técnica tem por objetivo, identificar as características fundamentais do conteúdo colhido no campo com a intenção básica de interpretá-lo.

A análise dos dados se orientou nas contribuições teóricas de diversos autores, apresentados no referencial teórico desse estudo monográfico. Para um melhor entendimento das questões que nortearão os resultados dessa pesquisa, cuja problemática é: Quais os impactos que o trabalho infantil causa na vida de uma criança e dos adolescentes que trabalham na feira livre de Amargosa? Organizamos as análises em 4º blocos temáticos, a saber: a) O perfil dos entrevistados; b) A Relação escola x trabalho; c) As motivações para o trabalho; d) E por última, As perspectivas de futuro.

É válido reafirmar que os sujeitos colaboradores dessa pesquisa, cujo *locus* é a Feira Livre de Amargosa- BA, estão identificados nessa análise com nomes fictícios, a fim de manter a confidencialidade dos sujeitos, sendo assim, nos referimos aos participantes com nomes de pessoas (Ana, Caio, João, Pedro).

5.1- O perfil dos entrevistados

A pesquisa foi realizada com crianças e adolescentes que trabalham na feira livre do município de Amargosa. São sujeitos de classe baixa e moradores de bairros periféricos, negros e que vão para feira, aos sábados, com colegas, os pais, sozinhos para garantir uma renda, para comprar o que desejam e muitas vezes ajudar a família nas despesas da casa. São crianças e adolescentes com idades entre 10 aos 16 anos, estudantes de escola pública, que desenvolvem seus trabalhos carregando feira, vendendo frutas e verduras nas barracas ou até mesmo no carrinho de mão, vendendo confecções, trabalhando em açougues e dentre outras atividades.

Os participantes da pesquisa são moradores dos bairros, da Catiara, Urbis II e Mata das Covas. Todos são estudantes naturais de Amargosa e estão cursando 5º, 6º, 7º e 8º ano do ensino fundamental II. Estudam nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Dois estudantes que hoje frequentam a escola, por algum motivo tiveram que abandonar, retornando no ano seguinte.

Com relação ao sexo dos estudantes, dos quatro que responderam 03 são do sexo masculino e 01 do sexo feminino. No que diz respeito à cor, 02 se considera negro, e 02 morenos. Para corroborar com essa discussão Guimarães (2003) vem dizer que:

“Cor” não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação. Se pensarmos em —raça como uma categoria que expressa um modo de classificação baseado na ideia de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social (GUIMARÃES, 2003, p.103-104).

Podemos perceber o quanto as pessoas têm dificuldade de se assumir enquanto negros, o preconceito ainda está nítido na sociedade.

Ao perguntar sobre quantas pessoas tem na família 02 responderam que moram 04 pessoas, os outros 02 responderam quem moram com 06 pessoas na casa. O seguinte tópico foi perguntado a escolaridade dos pais? E a resposta foi a seguinte: o primeiro respondeu que o pai não sabe e a minha mãe estudou até os 16 (dezesesseis anos); o segundo diz que a mãe estudou até a sétima e oitava e o pai acha que é formado; o terceiro o pai e a mãe estudaram até o quinto ano; já quarto o pai até o segundo ano e a mãe quarto ano.

Ao perguntar sobre a profissão e a renda mensal dos pais, o primeiro o pai é eletricitista e a mãe autônoma tem um bar na feira; o segundo entrevistado o pai pintor e a mãe doméstica; o terceiro entrevistado o pai eletricitista e a mãe doméstica; o quarto entrevistado o pai é pedreiro e a mãe doméstica do lar. Todos os filhos consideram que os pais têm uma renda de aproximadamente um salário mínimo, e possuem benefício da Bolsa Família.

Quanto a escolaridade dos irmãos, o primeiro entrevistado um irmão formado, o outro estudou até o 9º ano, e o outro irmão está no sétimo ano; já o segundo entrevistado, minha irmã quinto ano, a outra é quarto, o outro terceiro e o outro não estuda, tem 13 anos é matriculado mais não frequenta.

O terceiro entrevistado, uma irmã segundo ano do ensino médio, outro irmão sétimo ano e a outra irmã primeiro ano da educação infantil; o quarto entrevistado, um

irmão que estudou terminou o segundo grau, um desistiu e o outro tá estudando ainda a quarta série, que agora é o quarto ano.

5.2 A relação trabalho X escola

Para compreendermos como se dá essa relação entre trabalho e escola, elencamos algumas questões que nos deram subsídios para analisarmos as trajetórias escolares e do trabalho desses sujeitos. Essas indagações, feitas por meio do roteiro de perguntas, serviram para entendermos se os saberes que a criança e os adolescentes adquirem durante o tempo que passam na feira livre, trabalhando, associam-se ou sofreram interferências com os saberes escolares.

Além disso, as observações e as entrevistas, realizadas no decorrer da pesquisa foram essenciais para constatarmos de que forma ocorre o processo aprendizagem das crianças e dos adolescentes. Uma vez que a feira livre é um espaço que reuni uma diversidade de culturas e conhecimentos distintos. No entanto a feira livre, ainda é vista como local de exploração de trabalho infantil.

Para sabermos quais questões influenciavam a relação entre Escola com o trabalho, indagamos os sujeitos sobre os desafios encontrados os mesmos nos relataram:

Tinha parado, mais vou voltar a estudar esse ano[...] Parei na quinta série e perdi dois anos na terceira série, ficava o tempo todo brincando com os colegas não entendia nada que a professora falava, ai eu ficava conversando e ela me botava para fora. Mais agora vou levar a sério e estudar porque quero ter uma profissão na vida, ainda mais que vou ser pai". (Caio, 16 anos, 2018).

Eu já, eu pedir porque teve uma época, que eu chegava cansado em casa, ajudava meus pais, ia pra escola desmotivado, chegava lá tinha professor também que não ajudava, dava umas aulas meia chatas, e dizia que eu tava faltando demais que não ia passar, que era pra eu ter mais compromisso. Assim...é as vezes me ajudava, eu até entendia o que eles falavam, mas eles me colocavam muito para baixo. Aí eu acabei desmotivando, acabei ficando sem saco pra escola. Depois eu dei um tempo voltei a estudar e tô ai de novo pra ver no que vai dar (João, 15 anos, 2018).

Desisti por influência de amigos, mais agora ele lá e eu cá, agora quero segui direto para me formar (Pedro, 16 anos, 2018).

Diante das falas dos entrevistados, percebe-se que a fala do João (15anos, 2018) se sobressai, quando ele deixa explícito no seu relato que, um dos maiores motivos para

sua evasão escolar foi por conta do cansaço, causado pelo trabalho. Dessa forma, constatamos que o trabalho influenciou diretamente no desenvolvimento escolar desse adolescente.

Nas narrativas de Caio e Pedro (16anos, 2018), foi perceptível que a escola, não era motivacional para esses sujeitos, pois, as práticas de alguns docentes não condiziam com as suas realidades e seus interesses.

Nessa situação, perceber-se que o método de ensino utilizado por alguns professores, não conseguem chamar a atenção dos alunos. Diante dessa fala, há alguns fatores que devemos refletir: a prática docente, o (des) interesse do aluno, e o papel da escola na vida dos estudantes entre outros fatores.

Sobre tais questões, destacamos que, podemos perceber que os muitos casos de evasão são provavelmente decorrentes da metodologia utilizada pelo professor que em sua grande maioria se dá de forma descontextualizada da realidade do aluno. Uma vez que, não é tarefa fácil para o educador está planejando aulas condizentes com a realidade dos educandos, sendo que o público é diversificado e por essa questão demanda uma maior atenção no atendimento as especificidades de cada um. Mesmo assim, é preciso que o docente se permita em buscar novas metodologias, afim de atender todos os diferentes públicos da sociedade contemporânea.

O fato do João (15 anos, 2018), chegar cansado depois ajudar seu pai, não foi fator para ele desistir de estudar. Um dos fatores que contribuiu para a desistência foi a maneira que os professores conduziam suas aulas e a forma que falava com ele. Atitudes desse tipo revelam que ainda é pouca a compreensão de alguns docentes sobre a realidade do aluno que trabalha. Diante disso, é necessário que os educadores tenham um olhar mais acolhedor para estes discentes a fim de evitar possíveis evasões e frustrações escolares.

Corroborando com essa discussão Moraes (2010, p, 187), aponta que:

[...] o professor, deve respeitar as dificuldades da criança. Este respeito envolve: a não utilização de comentários depreciativos sobre as dificuldades apresentadas pelo aluno; respeitar o ritmo da criança e não envolver em situações de competição com os demais colegas; não colocá-la em situações geradoras de ansiedade (pedir que leia em voz alta na frente da classe, solicitar que escreva na lousa frases ditas oralmente); evitar comparações com os outros colegas que não apresentam dificuldades; e conversar com os alunos sobre as dificuldades, explicando-lhe porque ocorrem (MORAIS, 2010, p.187).

Portanto, fica claro que a maneira que o professor dirigiu as palavras a João, 15 anos, também contribuiu para a evasão. O que segundo Morais (2010) não deve acontecer com nenhum aluno. Além disso, fica evidenciado que a prática que o professor adotava não despertava interesse no aluno, nesse sentido, Ausubel (1963, p. 58), defende que o professor deve aproveitar o conhecimento que o aluno traz consigo para torna a aprendizagem de maneira mais significativa.

Com relação aos estímulos passados pelos pais no processo escolar dos filhos, algumas afirmações nas respostas da criança e dos adolescentes apontaram que, seus pais estão sempre priorizando. Para eles a escola. Nesse sentido, ao serem perguntados se os pais lhe estimulam a estudar? Ana (10 anos, 2018) diz que: *“sim, minha mãe manda eu fazer primeiro as coisas da escola, para eu não perder de ano”*. Dessa forma a mãe de Ana (10 anos, 2018, mesmo deixando sua filha trabalhar entende que os estudos são importantes para seu futuro. Os entrevistados Caio (16 anos, 2018), João (15 anos, 2018) e Pedro (16 anos, 2018), nos revelaram o seguinte:

“Ran,ran, mais minha mãe, tipo, de manhã ela fazia as atividades de casa e eu ela mandava fazer as atividades na mesa, botava livros essas coisa pra lê, para responder as tarefas. (Caio, 16 anos, 2018)

“Meus pais é assim, mãe estudou até a quarta, ele até a segunda série. Ele todo final de ano... fica preocupado com a gente pra comprar nosso materiais, meu e de meus irmãos pra ir pra escola. Faz a matrícula, ele pergunta pra gente quando vai ser a renovação da matrícula, então ele incentiva, mesmo ele sem ter aquela educação, mermo estudando até a segunda série mais ele nunca disse não meu fi, não vai pra escola não, tem que trabalhar. Ele diz não meu fi, trabalha agora de manhã comigo e de tarde... é tanto quando dar umas onze horas ô meu fi tá na hora de tomar banho pra ir pra escola, vai pra tua escola”. (João, 15 anos, 2018).

“Sim, minha mãe sempre fala por não ficar sem estudar e meu pai me dar conselho para eu não ficar sem estudar, porque quando eu tiver mais maior que vai me colocar na empresa que ele tá” (Pedro, 16 anos, 2018).

As falas dos adolescentes entrevistados nos revelam a preocupação dos pais no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos filhos. A família acredita que por meio dos estudos os filhos podem conseguir uma boa formação e um bom trabalho. Dessa forma, a educação é entendida como um meio de aquisição de conhecimento e de emancipação social. Contribuindo com a reflexão acerca do papel da família no processo educacional dos filhos, Dessen e Poliana (2017) destacam que a família é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que

acabam gerando em modelo de relação interpessoal e de construção individual e coletiva.

Desse modo, percebemos que os pais, mesmos com baixo nível de escolaridade, incentivam seus filhos a realiza as atividades escolares para não viver o que eles viveram e vivem.

Diferente das falas de, Ana (10 anos, 2018) e de Caio e Pedro (16 anos, 2018), João (15 anos, 2018), menciona a dimensão da preocupação que o pai evidência quando se refere a educação. Percebe que o pai por ter apenas a segunda série, ver a educação como meio mais eficaz para poder vencer na vida. Além disso, o pai demonstrou que mesmo não possuindo uma renda fixa, se antecipa em perguntar a seu filho quando começará as aulas, para poder se programar financeiramente para comprar o material didático do filho.

Ainda, Pedro (16 anos, 2018) enfatizar que seu pai lhe estimula estudar para que algum tempo ele trabalhe na mesma empresa que ele. Percebe-se que o pai de Pedro, além de se preocupar com a formação educacional, também ressalta importância da moralidade para o convívio social.

Constatamos que por meio do apoio familiar, as crianças e os adolescentes se sentem mais valorizados no processo educacional. Por outro lado, é importante que os professores possam planejar suas aulas baseadas nos contextos dos alunos, procurem aproximar a escolar com a família para juntos proporcionar uma educação justa, de qualidade e sem frustrações.

Ao serem perguntados se conseguem relacionar o aprendizado da feira com o que aprendem na escola, tivemos as seguintes falas:

“Sim, as perguntas quando a professora fala sobre alguns alimentos que faz bem, a matemática na hora de dar troco, várias pessoas diferentes que passa na barraca e conversa comigo, e diz para eu não parar de estudar, que é bom trabalhar, mais tem que estudar para ter um trabalho mais melhor”. (Ana, 10 anos, 2018).

Na fala da participante Ana, fica nítido que as pessoas que frequentam a barraca, aconselham a continuar seus estudos, ressaltando que a educação é um dos meios que favorece uma condição de vida melhor. Sendo assim a garota consegue identificar que é possível estabelecer as relações do conteúdo sistemático dado no curricular escolar com o seu dia a dia. Diante dessa discussão Gadotti (2002), deixa claro que, um dos mais importantes princípios da Educação Popular é baseado no respeito pelo senso comum

que as pessoas trazem nas suas práticas cotidianas, ou seja, temos que respeitar os saberes que cada sujeito traz consigo das suas práticas cotidianas. Para corroborar com essa discussão, Ireland (2004) declara que:

[...] a experiência complexa da vida seja o ponto de partida para o processo de aprendizagem, conjugando essa necessidade com a função clássica da escola: socializar o saber sistematizado que faz parte da herança da humanidade” (IRELAND, 2004, p. 69).

Nesta perspectiva é válido refletir sobre a importância do educador conhecer os sujeitos, suas vivências e expectativas, para que as suas necessidades e especificidades sejam consideradas. Possivelmente essa relação que a entrevistada consegue estabelecer entre o aprendizado escolar e o que ela aprende na feira livre, favorece a construção de novos conhecimentos. No entanto, os saberes informais (entendemos como tudo que o sujeito aprende fora da escola) e os formais (aprendizado nas instituições de forma sistematizada) quando bem explorado tem relevância significativa na formação cidadã do sujeito.

Dando continuidade o adolescente Caio (16 anos, 2018), declarou o seguinte:

Na hora das contas, tipo o cálculo certo, quando o professor fala da matemática na hora da conta, a gente pode levar muita coisa que a gente aprende aqui na feira, mais a vez o professor ensina algo que eu nem sei, foge veí da nossa realidade e por isso que eu desisto de estudar. Mais eu consigo sim (Caio, 16 anos, 2018).

Fica evidenciado na fala do entrevistado que a disciplina de matemática é importante para sua formação, uma vez que ele consegue fazer conexões com o seu trabalho. Por outro lado a maneira que o professor media os conteúdos não desperta o seu interesse. Apesar de não se trata apenas da vontade do método de ensino do professor, as propostas pedagógicas precisam reconhecer a realidade enquanto pressupostos para o aprendizado dos discentes. Sendo assim é preciso que os docentes utilizem metodologias que proporcionam e estimulem os discentes a participarem das aulas.

Para reforçar D’Ambrosio (2001) designa que, quando o aluno traz a sua realidade para a sala de aula, ocorre uma transformação na sua aprendizagem, pois o conhecimento é que gera o “saber” e é no comportamento, na prática do dia a dia que o conhecimento é avaliado e reconstruído.

Nesse sentido, é viável que o professor articule os conhecimentos sociais com os educacionais, para que os alunos vejam sentido no que está sendo proposto.

Vale destacar o sorriso no rosto do adolescente João (15 anos, 2018), quando questionado sobre a relação do aprendizado da feira na escola, respondendo o seguinte:

“Há e muito viu, tem vez que já dor risada na aula de matemática as vezes o professor passa uma conta lá no quadro eu fico, porque eu gosto de sentar no fundo, aí eu fico lá no fundo aí eu fico é tal valor professor. Então eu gosto mais da aula de matemática, eu consigo fazer essa, essa relação, porque as vezes na hora de dar troco, agente que trabalha com troco na feira. Eu quando vendo picolé também então isso fica mais é... não sei a palavra não... Sei se seria ficar um pouquinho mais fácil quando uma pessoa fala uma coisa e a gente já tá ali ligado, eu fico com mais atenção na aula dele” (João, 15 anos, 2018).

No discurso do entrevistado João (15 anos, 2018), sobressai o entusiasmo que ele demonstra nas aulas de matemática, além disso, ele destaca que é a aula que mais gosta, porque consegue fazer relação direta com a atividade que ele desenvolve. Diante disso, a disciplina de matemática que é temida por muitos alunos, ou seja, é vista como um “bicho de sete cabeças”, dessa forma o participante esclarece que o ensino de matemática passa a ser interessante quando é relacionado os assuntos com o seu dia a dia.

Para o entrevistado Pedro (16 anos, 2018) falou como se dá essa relação:

“Consigo, uma fruta que é saudável, outra que não é que não pode e misturar todas as frutas, a matemática com as contas”.

A narrativa dos entrevistados revela o quanto a matemática financeira está presente no seu dia a dia, na hora de somar ou calcular para dar o troco. Isso demonstra que eles conseguem levar essa relação do que aprende na feira para escola. Dessa forma as falas dos participantes nos faz refletir sobre a prática dos docentes, será que os docentes utilizam metodologias que despertam o interesse do aluno em aprender? Quais estratégias de ensino seriam importantes para os alunos atuais? Cabem ao docente buscar meios que desenvolvam no aluno a criticidade, a autonomia e a liberdade de aprender.

Quando questionado aos entrevistados se o trabalho prejudica no seu aprendizado na escola, Ana (10 anos, 2018) e Caio e Pedro (16 anos, 2018), relata que não, pois eles conseguem ter um bom rendimento na escola, mesmo trabalhando. As respostas foram as seguintes:

Não, porque eu aprendo trabalhando e vou saber o que é bom e ruim e é uma sabedoria (Ana, 10 anos, 2018).

Sendo assim, Ana, ver o trabalho que desenvolve como meio de aprender coisas novas que não ver na escola.

“Não, porque na feira a gente aprende com outras pessoas coisa diferentes, os modos de vestir do povo, a jeito que as vezes as pessoas falam, eu reparo muito, tem gente que fala tão certo, aí eu fico pensando um dia vou falar tudo certo, e ser bem de vida. Mais trabalhar na feira é bom, melhor do que tá na rua ou então pegando o que é dos outros, ou então entrar na vida da droga, eu tô fora, quero é trabalhar (Caio, 16 anos, 2018).

“Não, por causa que eu trabalho e tiro um tempo para eu estudar também” (Pedro, 16 anos, 2018).

Nessa perspectiva, ressaltamos que por meio do trabalho, o indivíduo pode interagir com pessoas diferentes, aprender coisas novas, adquirir experiências de vida, valorizar as coisas certas e se precaver de coisas ilícitas. Sendo assim, o trabalho tem uma importância para esse sujeito, uma vez que possibilita uma visão de mundo diferente mais ampla. Ainda, na fala do entrevistado fica implícito que os meios que ele convive a linguagem é diferente, da qual algumas pessoas na feira falam, ele acha bonito e correto. O adolescente tem o trabalho como um refúgio contra o mundo da criminalidade e de outras circunstâncias que a sociedade oferece. De acordo com as colaborações de Azêvedo, Menezes e Fernandes (2000), consideram que:

[...] o trabalho infantil importante pelo caráter de socialização que ele exerce sobre as crianças, além do afastamento de situações de risco, na ausência de políticas públicas e falta de perspectivas de outras formas de ocupação do tempo das crianças das famílias pobres e /ou discriminadas racial/ etnicamente (AZÊVEDO, MENEZES E FERNANDES, 2000, p. 16).

Diante disso é notável que o entrevistado, assim como Azêvedo, Menezes e Fernandes, consideram o trabalho infantil como um processo de aprendizagem, no qual eles aprendem a ter um convívio social, afastando do mundo da marginalidade.

O adolescente Pedro (16 anos, 2018), considera que consegue discernir o momento do trabalho e o momento de estudar. Sendo assim esse adolescente não ver o trabalho como fator que possa prejudicar seus estudos.

No entanto, Ana (10 anos, 2018) e Caio e Pedro (16 anos, 2018) não acreditam que o trabalho realizado por eles, na feira como prejudicial no seu aprendizado escolar. Por outro lado, o adolescente João, relatou que o trabalho que ele realizava lhe deixava muito cansado, tornando seu desempenho escolar prejudicado.

“Oia só, como eu falei teve uma vez que eu chegava cansado em casa...a acabou atrapalhando. Chegava cansado, ia pra escola não tinha muito ritmo de estudo e acabou que atrapalhou de uma certa forma. Mais as vezes ajuda também né, quando o professor passa uma conta lá no quadro, de cá mesmo eu respondo porque as vezes eu já tinha feito uma conta, uma coisa parecida na feira naquela situação” (João, 15 anos, 2018).

O adolescente João (15 anos, 2018), deixa claro, que pelo fato dele exercer uma atividade que exige esforço físico, comprometia seu desempenho nas atividades escolar nas aulas. Sendo assim, o trabalho além de favorecer a interação social, aprendizados em ambientes diferentes, poder deixar sequelas na vida da criança e do adolescente.

Vale salientar que apesar das dificuldades, João (15 anos, 2018) não pensa em desistir dos estudos, pois as aulas de matemáticas lhe deixam com mais ânimo e com vontade de continuar estudando.

Constatamos que dos quatro participantes dessa pesquisa três afirmaram que o trabalho não compromete seus estudos. Apenas um dos adolescentes enfatizou que o fato dele trabalhar com seus pais, o cansaço acaba interferindo no seu aprendizado.

No que diz respeito entre trabalhar e estudar Ana (10 anos, 2018) relata que: *“Estudar, porque ai quando eu tiver maior, vou ter um trabalho mais melhor”*. Pedro já traz em sua fala que:

“Estudar né! A pessoa não ai ter um dinheiro para comprar as coisas né, mais depois só o futuro ia dizer. Tem muitos que tem o pensamento em deixar de estudar para trabalhar, mais eu não deixo não, já até pensei, trabalho vai um e vem outro e escola não, atrasa seu lado você consegue até um trabalho, mais por não, ter o estudo acaba até perdendo e tendo o estudo é tudo” (Pedro, 16 anos, 2018).

A fala do adolescente Pedro traz mais uma vez a importância do estudo como meio de ter um trabalho melhor financeiramente. Diante do exposto o adolescente deixou claro na sua fala que a base do sucesso pode ser alcançada por meio do estudo, sendo que o estudo pode propiciar melhores condições ao longo prazo. Nessa perspectiva, Oliveira (2004) pontua que:

[...] o nível de escolaridade (isto é, a quantidade de anos de estudo que um trabalhador contabiliza na sua vida) influencia diretamente sua remuneração e as suas oportunidades de emprego. Ou, para resumir de uma vez por todas: quem estuda mais tem maiores chances de conseguir um emprego, manter-se trabalhando e ganhar mais. (OLIVEIRA, 2004, p.125).

Nos dias atuais, a formação escolar e acadêmica não garante a ninguém uma estabilidade financeira. Por outro lado o trabalho aliado com a educação pode proporcionar uma boa qualidade de vida, uma vez que o adolescente Pedro (16 anos, 2018), aposta que dias melhores poderão acontecer no decorrer da sua vida. Sendo que para ele, o estudo é bem mais importante que o trabalho. Eles gostam de trabalhar, porém optariam em estudar.

Os adolescentes que julgaram ser importante trabalhar e estudar justificaram pelo fato dos pais não terem condições de manterem sozinho a despesa da casa, que através do trabalho podem tá ajudando a família e custeando seus próprios consumo. Por outro lado o estudo pode garantir uma renda financeira mais tranquila. As falas dos adolescentes a seguir expressam a importância das duas opções:

“Os dois, se eu tiver trabalhando posso estudar como faço, e além disso pra eu ter um trabalho melhor preciso estudar, mais também não adianta tá formado e desempregado. Eu quero estudar e trabalhar, pra ter uma vida boa. Porque eu quero ser alguém na vida, não é porque eu tô trabalhando que eu vou deixar de estudar, trabalho porque preciso comprar minhas coisas, minha mãe não tem pra me dar” (Caio, 16 anos, 2018).

“Entre trabalhar e estudar, hoje eu digo que se for um trabalho pra eu ganhar um pouquinho bom pra ajudar meu pai e minha mãe, eu optaria em trabalhar. Agora como eu é... ganho pouco, as vezes o povo discrimina, olha a gente diferente de cara feia na feira, eu preferia estudar. Então é uma coisa que não sei responder direito viu, entre estudar e trabalhar” (João, 15 anos, 2018).

Diante das falas dos entrevistados Caio (16 anos, 2018) e João (15 anos, 2018), o adolescente Caio, responde que estudar e trabalhar devem caminhar juntos. Isso fica claro quando ele destaca que não adianta ser formado e tá desempregado. Um dos motivos que leva este adolescente a trabalhar é o fato de sua família não ter condições.

Nesse sentido Siqueira, (2001, p.227) ressalta que trabalhar e estudar ao mesmo tempo é uma realidade contraditória e de sobrevivência, portanto uma necessidade. Com isso percebemos que há uma conciliação de Caio (16 anos, 2018) no que tange a trabalhar e estudar. Isso pode acarretar que pode acarretar a longo prazo perda irreparáveis, tanto no sentido educacional quanto na sua vida de adolescente.

O adolescente João (15 anos, 2018), demonstra na sua fala que pelo fato de ser discriminado na feira, o estudo pode lhe proporcionar uma qualidade de vida melhor. Diante disso, percebe que existe uma exclusão social desses indivíduos por frequentadores da Feira Livre. João ainda discute que optaria por um trabalho bem

remunerado, uma vez, que estaria ajudando a sua família, que está sempre presente no seu planejamento de futuro.

Esse entrevistado relatou ainda, que seus pais tinham poucos anos de estudo, porém lhe dava toda assistência escolar dentro de suas limitações. Sendo assim esse adolescente compreende a importância de estar retribuindo o que seus pais fazem por ele e seus irmãos.

Ao interrogar os entrevistados sobre o que fazem nos momentos em que não estão na escola e na feira, responderam que ficam brincando de bicicleta, bola, vídeo game e até mesmo estudando.

“Brincar de bicicleta” (ANA, 10 ANOS)

“Eu ajudo minha namorada em casa, paro também pra assistir you tube e vídeo game” (Caio, 16 anos, 2018).

“Eu jogo bola, eu brinco, tem vez que eu assisto televisão, eu pulo...Aí tem vez que eu fico ali pegando aquele livro, olho assim pro livro meu Deus do céu, que coisa difícil! Esses assuntos aqui, oxe coisa é história, vixe rapaz história dar uma dor de cabeça. Agora geografia eu gosto, agora eu gosto mermo como eu te disse é da matemática, matemática eu gosto, porque eu consigo ver no meu dia a dia, aquelas aulas do professor mermo eu vejo” (João, 15 anos, 2018).

“Fico em casa, quando é tempo de aula estudo vou fazer minhas atividades, fico lendo a bíblia, converso com os colegas, vou na casa de tia” (Pedro, 16 anos, 2018).

Fica evidente que todos os sujeitos participantes nesta pesquisa gostam de brincar. As razões para brincar são inúmeras, pois sabemos que a brincadeira é uma dimensão educativa, imprescindível no processo de socialização infantil. Por essa razão a brincadeira é um direito da criança, como apresentado na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescenta no Capítulo II, Art. 16º, Inciso IV, que toda criança tem o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se.

Santin (2001) afirmar que brincar:

“É de fundamental importância para a aprendizagem da criança porque é através dela que a criança aprende, gradualmente desenvolve conceitos de relacionamento casuais ou sociais, o poder de discriminar, de fazer julgamentos, de analisar e sintetizar, de imaginar e formular e inventar ou recriar suas próprias brincadeiras” (SANTIN, 2001, p.523).

Além disso, fica evidente nas falas dos entrevistados João (15 anos, 2018) e Pedro (16 anos, 2018), que eles no momento que estão sem fazer nada, procuraram ler

“alguma coisa”. A leitura desenvolve a escrita do sujeito, estimula a imaginação, permite o leitor a descobrir novos vocabulários. Nesse sentido, percebe que os adolescentes mesmo na fase de brincar, eles já têm o compromisso de aproveitar o tempo a aprimorar seus estudos.

Constatamos que os sujeitos envolvidos nesta pesquisa são oriundos de famílias pobres, que vivem em bairros periféricos da cidade de Amargosa, com nível escolaridade baixo. Estes pensam em mudar seu contexto social, e acreditam que a educação pode contribuir para que isso aconteça. No que diz respeito à educação, alguns relataram que já evadiu da escola por conta do cansaço físico, e até mesmo pelo método de ensino do professor, uma vez que chegava na escola depois do trabalho. Eles também mencionaram o apoio recebido da família para alcançar seus ideais. Foi destacado ainda que as vezes é possível fazer relações de situações vividas no trabalho com a da escola.

5. 3 As motivações para o trabalho

Neste subitem, apresentamos os motivos que impulsionaram a criança e os adolescentes a trabalharem na feira livre de Amargosa- Ba. Ao indagarmos com quantos anos começaram a trabalhar na feira, obtivemos as seguintes respostas: a criança (Ana) “9 anos” ;(Caio) “13 anos”; (João) “Eu trabalho desde de 11 ano”; e (Pedro) “10 anos”. Portanto, conclui-se que os entrevistados começaram a exercer as atividades remuneradas na segunda infância ou adolescência. A esse respeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no art. 60, pontua que é proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Sendo assim, está havendo um desconformidade no contexto presenciado e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fica subentendido que as situações que a criança e os adolescentes vivem, faz com que comecem a trabalhar ainda na infância. Segundo Azêvedo (2000) um dos motivos que contribui essa situação é a baixa condição financeira dos familiares.

Ao questionarmos os entrevistados sobre o que lhe motivou a trabalhar na feira de livre de Amargosa, Ana (10anos, 2018) afirmou o seguinte: “o dono da barraca de melancia que pediu a mãe para eu trabalhar com ele, vendendo melancia, aí eu disse a mãe pra deixar, e tô trabalhando até hoje porque eu gosto”.

Ainda a esse respeito os entrevistados João (15 anos, 2018) e Caio e Pedro (16 anos, 2018) declararam, respectivamente que:

“Dificuldades em casa, tipo falta de alimentos. Minha mãe separada e desempregada e só o bolsa família não dava pra sustentar a família toda. Aí um colega meu me trouxe para feira e um vizinho me emprestou o carrinho de mão” (Caio, 16 anos, 2018).

“O que me levou a trabalhar tão cedo... a questão de poder ajudar meus [pais], de poder comprar minhas coisinhas que eu gosto, poder pegar meu dinheiro e jogar um vídeo game, botar um crédito no celular pra poder ter minha liberdade, comprar um meião pra jogar bola, comprar até mesmo uma bola, por isso que comecei a trabalhar cedo, mais no mais é uma coisa que eu gosto é trabalhar” (João, 15 anos, 2018).

“Para ajudar minha família, porque meu pai quando eu nasci nem morava mais com minha mãe” (Pedro, 16 anos, 2018).

Percebe-se que na fala de Ana (10 anos, 2018) é diferente dos demais. Uma vez que, ela começou a trabalhar por meio de um convite. No entanto, despertou o interesse em está desenvolvendo tal atividade, que ficou tão entusiasmada pedindo a mãe para deixá-la trabalhar. Isso nos remete a pensar o que levou essa criança adentrar no mundo do trabalho. Percebemos por meio de conversas informais com a entrevistada, que o convite apareceu por conhecer a sua mãe e por achá-la bem comunicativa, uma vez que o valor a ser pago a uma criança pode não ser o mesmo de um adulto.

Contudo, nos relatos dos adolescentes indicam que as motivações para o trabalho estão fortemente relacionadas condições de sobrevivência da família, ou seja, ajudar financeiramente nas despesas domésticas.

A fala de Caio (16 anos, 2018) é muito comovente, percebemos claramente os seus olhos cheios de lágrimas ao expor tal situação. Sabemos que isso não é caso isolado, infelizmente existem várias situações semelhantes a esta. No entanto, é preciso que novas políticas públicas sejam criadas, não só para coibir o trabalho infantil, mas que possibilite condições financeiras e psicológicas para as famílias desses sujeitos.

Nesse sentido, no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente é mencionado que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Diante disso, percebe-se que ainda há pouca atuação por parte dos órgãos governamentais e da sociedade civil no se refere a efetivação dos direitos das crianças e

adolescentes. Sendo assim, é preciso que ações conjuntas sejam tomadas com o intuito de reverter essa situação.

O entrevistado João (15 anos, 2018), ele expõe que a prioridade é ajudar a família, mas que gostava de ter sua independência financeira, comprar o que precisa manter seu momento de lazer, o trabalho é uma forma de custear seu consumo. O participante Pedro (16 anos, 2018), responde que pelo fato de não conviver com seu pai, começou a trabalhar para ajudar sua mãe.

O trabalho infantil pode trazer impactos positivos e negativos. Corroborando com essa ideia Azêvedo, Menezes e Fernandes (2000), abordam que:

A inserção precoce das crianças no mercado de trabalho tem um grande impacto na mobilidade social intergeracional, condenado as famílias mais pobres de hoje a uma situação futura também bastante precária, uma vez que suas crianças perdem oportunidades de qualificação, que poderiam melhorar suas formas de entrada na atividade econômica, viabilizando algum grau de ascensão social (AZÊVEDO, MENEZES E FERNANDES, 2000, p.27).

Dessa forma, o adolescente pode perder oportunidade de inserção no mercado de trabalho por não ter uma qualificação adequada. Uma vez que uma boa qualificação possibilita novos horizontes para o mercado de trabalho, pode lhe proporcionar alternativas de trabalho.

Ao indagarmos, se eles trabalham apenas na feira, Ana (10 anos, 2018) e Caio (16 anos, 2018), disseram que sim. Ana (10 anos, 2018) trabalha de segunda a sexta feira pela à tarde, vendendo melancia, depois que chega da escola. E Caio (16 anos, 2018), de quarta a sábado, levando frutas e verduras nas barracas dos vendedores e aos sábados carrega feira ou ajuda seu sogro. Segue as falas dos entrevistados.

Eu trabalho na feira, aqui carregando feira como você viu e também tem vez que durante a semana que vendo picolé, e as vezes ajudo meu pai a cavar uma fosse.... É ajudar ele como ajudante de pedreiro (João, 15 anos, 2018).

Não, trabalho de ajudante de segunda a sexta e sábado vou trabalhar na feira (Pedro, 16 anos, 2018).

Diferente de, Ana (10 anos, 2018) e Caio (16 anos, 2018) que só realizam seus trabalhos na feira, João (15 anos, 2018) e Pedro (16 anos, 2018), além de trabalhar na feira aos sábados trabalham durante a semana como ajudantes de pedreiro e as vezes vendendo picolé. João (15 anos, 2018) trabalha ajudando seu pai e Pedro (16 anos, 2018), trabalham como ajudante para outras pessoas o dia todo.

Dessa forma, Oliveira e Robazzi, 2001, apud CHAVES e LORDELO, 2012, p.85, destaca que:

Em suma, os motivos para o trabalho precoce podem ser definidos como pobreza, necessidade de colaborar com os pais em atividades econômicas realizadas no domicílio, desejo dos pais de que trabalhem, necessidade de ganhar a vida por si mesmos, aliado à consideração de que é melhor trabalhar do que ficar ocioso (Oliveira e Robazzi, 2001, apud CHAVES e LORDELO, 2012, p.85).

Desse modo fica evidente que o principal motivo que leva à criança e o adolescente a trabalhar, é a condição familiar e a autonomia financeira por parte de alguns adolescentes.

No que se refere a jornada de trabalho na feira, os entrevistados declararam que chegam cedo, entre 03:30 a 06:00 da manhã. E ainda responderam que o horário de retorna para suas casas é imprevisível.

Ao perguntarmos sobre quanto eles recebiam por feira, eles afirmaram que dependia da feira, porque tinha feira que dava boa e outras ruins. No geral conseguiam obter uma média de R\$180,00 por mês, sendo assim constatamos que o salário que eles recebiam, dependia muito dos seus esforços e do movimento da feira. Segue trechos que deixa explícito o rendimento na feira.

50,00 semanal (Ana, 10 anos, 2018);

Depende do movimento, quando o sábado tá fraco pego R\$35,00, 30,00 e quando dar um movimento bom pego 50,00, 60,00 e quando é período de festa é mais melhor porque ai as corridas são mais caras, tempo de São João já peguei R\$100,00, 150,00. Isso no sábado de 04:00h da manhã até 04:00da tarde. (Caio, 16 anos, 2018).

Varia tem sábado que eu faço 25,00, quando dar milhozinho faço 30,00, 35,00, então assim, um sábado pelo outro no mês, eu devo tirar o que no mês 180,00 reais têm vez que chega até 200,00, mais não é uma coisa fixa não viu, varia. (João, 15 anos, 2018)

R\$ 50,00, 40,00, por sábado e quando tá com pouco movimento faz R\$30,00, 35,00 (Pedro, 16 anos, 2018).

Diante disso, sabemos que essas rendas serão utilizadas para complementação das despesas familiar ou até mesmo como a única fonte de recurso que a família possui. Entretanto é preciso repensar de forma minuciosa a respeito sobre o trabalho infantil e a condição familiar, fatores esses que contribuem para a desigualdade social.

Com relação, ao que fazem com o dinheiro que recebem Ana (10 anos, 2018) afirmou: “*Compro minhas coisas e dou a mainha para comprar coisas para casa*”. Já Caio (16 anos, 2018) relatou que “*o dinheiro d[ou] todo a minha mãe para ajudar as despesas de casa, pagar conta de luz, água e comprava alguma coisa para mim quando sobrava*”. No caso do adolescente João (15 anos, 2018),

O dinheiro que eu recebo ajudo em casa, hoje mesmo, sábado mesmo comprei melancia, eu comprei carne, feijão, ajudo em casa na alimentação, na despesa de casa. Tem vez que meu pai e minha mãe tá sem trabalhar, aí tem conta de água eu pego para pagar, tem conta de luz eu pago. Eu procuro sempre t[ou] ajudando em casa com meu dinheiro. E... as vezes compro chocolate, um doce que eu não sou de ferro, para eu me alimentar, merendo na escola, as vezes vou na internet na lan raise ficar um pouquinho na net, mais sempre to ajudando meus pais (João, 15 anos, 2018).

As falas dos entrevistados destacam que ajudam seus pais de acordo com que ganham durante as feiras. Caio, (16 anos, 2018) afirma que entregava todo o dinheiro que recebia para sua mãe, e o que sobrava comprava o que ele necessitava. O adolescente João (15 anos, 2018) deixa claro de que maneira o dinheiro que ganha na feira é gasto. Sendo assim, é notório que o trabalho desenvolvido por esse adolescente, mesmo sendo ilegal perante a legislação, porém contribui para suprir as necessidades básicas de sua família. Dessa forma, percebemos que o trabalho infantil, pode provocar autonomia e responsabilidade.

O adolescente Pedro, (16 anos, 2018), relata que compra roupa para ele, ajuda nas despesas da casa e guarda um tanto do dinheiro para pensar no seu futuro. Percebe-se no discurso do adolescente que já pensa no seu futuro, ao fazer economia com o dinheiro que recebe do seu trabalho.

Ao serem questionados se acham o trabalho que executam na feira perigoso, Ana (10 anos, 2018) disse que “*as vezes, por trabalhar vendendo melancia, posso pegar alguma de mal jeito e sofrer algum acidente*”. Por outro lado, Caio, (16 anos, 2018) coloca que sim, que as vezes as pessoas não respeitam, a exemplo de alguns motoristas, ficando explícito na sua fala:

Sim, porque muitas vezes o motorista quando a gente tá carregando joga carro em cima da gente e o que é que acontece, eles não respeitam agente ou fica com raiva porque a gente, fica tomando espaço e eles não tem paciência. E dentro da feira, tipo assim, com os outros que carregam feira começa a caçar briga com a gente é tipo assim para tomar nosso lugar, porque cada bairro fica num lugar,

Catiara em um, Alto em outro, porque se ficar todos os bairros juntos vai rolar uma guerra (Caio, 16 anos, 2018).

Dessa forma, fica evidente que o adolescente Caio (16 anos, 2018), passa por situações que podem ser perigosos, podendo ser atropelado por certos motoristas imaturos que não respeitam o trabalho realizado por esses sujeitos, que simplesmente só querem realizar seu trabalho em paz. Além disso, há as desavenças com os próprios colegas de trabalho, por ser de bairros diferentes. Essa separação de lugares por bairros, que há entre eles, pode ser por motivos de divergências entre eles. Desse modo a fala de Pedro (16 anos, 2018), traz semelhança com Caio (16 anos, 2018).

Sim e não, para levar em outros bairros a feira do cliente, as vezes a pessoa não gosta por ser de outro bairro, pensa até que tá levando alguma informação. Os meninos daquele bairro ficam entrando em atrito com a pessoa, é por isso que as vezes eu nem levo em certos bairros... Os meninos que não caça briga que é tudo tranquilo misturam com agente, tipo assim, da Catiara num lugar, Alto no outro, Santa Rita em outro, já separado para não ter isso (Pedro, 16 anos, 2018).

De certo, João (15 anos, 2018), não ver perigo em exercer o trabalho na feira livre, ainda deixa claro, que apesar de morar em um bairro periférico, nunca sofreu nenhum tipo de violência física.

Perigoso, não acho perigoso não, porque apesar de eu morar la na Catiara¹¹, saio de la 03:30, 04:00 da manhã nunca ninguém me disse nada, nunca ninguém me fez nada, eu acho um trabalho tranquilo [...] (João, 15 anos, 2018).

Compreendemos que alguns jovens acham o trabalho da feira arriscado, por conta das rivalidades e rixas existentes moradores de bairros periféricos da cidade de Amargosa, como se ficou explicito nas falas de Caio e Pedro (16 anos, 2018).

Nesse sentido, questionamos os entrevistados se sofreram algum tipo de violência, alguns relataram que sim outros não. Seguem respectivamente as respostas de João (15 anos, 2018) e Pedro (16 anos, 2018), foram as seguintes:

Violentado não, mais discriminado sim, que pra mim é uma violência contra eu. Tem povo assim que pergunta, olha assim, ô meu filho quanto é pra tu levar ali, tu mora aonde? Aí eu digo eu vou, eu moro na Catiara, aí ela fica meia assim, teve uma que ficou um pouco meia

¹¹ Bairro periférico do município de Amargosa-Ba, considerado um dos bairros com maior índice de violência.

assim na Catiara, mais tu sabe aonde é a rua do hospital? Eu disse sei, ai ela foi e falou assim: mais não vou levar agora não. Eu fiquei assim pensando, será porque que falei que morava na Catiara? Mais é por conta de morar na Catiara. Eu nunca sentir assim que eu fui discriminado não. Às vezes o povo olha assim com aquela cara, aquela cara assim meia nojenta, um aquele olhar de super, aquele olhar ruim mesmo pra gente, aquele olhar meio atravessado, mais eu vou levando a vida (João, 15 anos, 2018).

Já briguei já, porque os meninos de outro bairro queria brigar com o menino que estava com agente ai eu entrei também. (Pedro, 16 anos, 2018).

Percebemos que o adolescente João (15 anos, 2018) e Pedro (16 anos, 2018), já sofreram violências psicológicas e físicas. Esses tipos de agressões podem acarretar em atitudes inadequadas por parte das vítimas. Uma vez que esse entrevistado por morar em um bairro visto como perigoso e periférico na maioria das vezes alguns tem o receio de mandar suas mercadorias. Assim, constatamos que os entrevistados sofrem uma dupla violência social, primeiro, por trabalharem precocemente e segundo, por morarem num bairro socialmente estigmatizado como “perigoso.” Com isso, as pessoas não respeitam, não confia no adolescente em levar suas compras, por saber que mora em um determinado bairro, julgando sem saber o contexto desses sujeitos que vão para Feira Livre, trabalhar e receber seu dinheiro com dignidade e esforço do seu trabalho. Dessa forma a criança e o adolescente devem ser respeitados como todos os outros que estão trabalhando, comprando na da Feira Livre.

5.4 Perspectivas de futuro

Nesta categoria, é sabido conhecer as perspectivas de futuro para essa criança e os adolescentes que trabalham na feira livre. Analisando as respostas da criança e dos adolescentes, a fim de uma análise com as discussões teóricas aqui defendidas. Para a criança e os adolescentes, foram levantadas as seguintes questões: Qual é o seu principal sonho? Você pretende continuar trabalhando na feira quando crescer?

Referente a primeira pergunta Ana (10 anos, 2018), relatou o seguinte: “*Dentista*”. Já o adolescente Caio (16 anos, 2018) disse que: “*Quero ser tirador de elite*”.

O adolescente João (15 anos, 2018) respondeu que:

“Ô moça o meu principal sonho é assim, sabe, é ver a casa de meus pais toda arrumadinha, toda com os móveis com uma televisão boa, um sofá bom, eu ter um trabalho bom, ter um emprego, ganhar meu

dinheiro, ter meu carro. Assim, eu vou procurar ter isso, por isso que trabalho, também pra conseguir um dia ter uma vida melhor, não passar por esses perrengues, não acordar cedo demais 03:00, 04:00h da manhã pra gente pegar peso, cavar fosse é pesado demais. Então eu pretendo ter, sonho em ter uma vida, não é que não trabalhe, mais que trabalhe e tenha uma vida mais ou menos, que possa viver bem” (João, 15 anos, 2018).

João aponta de forma comovente, as necessidades e as privações que vive sua família. Assim, ele vê o trabalho como um meio para minimizar esta situação. Ainda enfatiza que o seu sonho é ter um trabalho que lhe proporcione uma qualidade de vida melhor.

Para o adolescente Pedro (16 anos, 2018), mencionou o seguinte: *“Ajudar a família e ser advogado, “sempre as professoras me pergunta, tu quer ser o que no futuro? Quero ser advogado”*.

Diante das falas dos entrevistados, é perceptível que todos sonham com dias melhores. No entanto o que o entrevistado João (15 anos, 2018) e Pedro (16 anos, 2018), as suas falas nos trouxe algumas inquietações tais como: Como será ambiente familiar desses jovens? Será que todos os dias eles têm o que comer? Por qual questão eles pensam tanto em ajudar seus pais? Até que ponto o trabalho está sendo importante para esses indivíduos? Será que as dificuldades financeiras familiares têm consequências na vida da criança e do adolescente?

Dessa forma, constatamos que as crianças e os adolescentes que participaram dessa entrevista têm sonhos e, além disso, alguns deles estão trabalhando com o intuito de realiza-los. Fica evidenciado que mesmo os entrevistados, tendo começado a dinâmica do trabalho cedo, não se acomoda a certas situações, pretendem continuar seus estudos, trabalhando para conquistar seus objetivos.

Finalizando o questionário, indagamos a respeito da permanência na feira e alguns deles responderam de forma sábia. Ana (10 anos, 2018) relata que: *“Não, quero estudar para ter minha própria clínica”*. Para Caio (16 anos, 2018) menciona: *“Eu quero estudar me formar, até conseguir realizar meu sonho, e quero que mia filha, que vai nascer, estude, se forme, porque quero o melhor pra ela, diferente de mim”*. Por mais que eles gostem de trabalhar na feira, não querem continuar. O depoimento abaixo é bastante ilustrativo:

É sim! depende, não sei, é porque é assim, se daqui pra frente eu começar a ficar passando direitinho na escola, nas provas, e agora

mesmo que o professor me incentivou, hã, você é bom em matemática, um bom aluno em matemática e eu ir gostando mesmo, eu arrumar outro trabalho, ai eu saio da feira, ou que ganha bem. Ou também se eu concluir o ensino médio, passar numa faculdade, ai eu posso sair da feira, caso não aconteça isso eu fico na feira, posso arrumar um trabalho melhor, botar um barzinho, um restaurante, uma coisinha assim pra trabalhar, não posso é ficar é parado (João, 15 anos, 2018).

A fala de João (15 anos, 2018) relata que vai se dedicar aos estudos, para que possa conseguir outro trabalho para sair da feira, ele enfatiza também a questão de ingressar no mundo acadêmico, sendo o assim o entrevistado aponta que pretende mudar sua realidade, ou por meio do trabalho ou através dos estudos.

Pedro (16 anos, 2018), aborda que: *“Não, aí eu já vou procurar um trabalho para trabalhar, certo, em uma empresa e o estudo continua também”*.

Vale salientar que os entrevistados mesmo passando por dificuldades, almejam buscar alternativas de trabalho. Ainda um dos entrevistados aponta caso não consiga outro trabalho continuará trabalhando na Feira Livre. Dessa forma a Feira Livre, é um local que pode garantir a renda de muitas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou identificar quais os impactos do trabalho infantil na vida das crianças e dos adolescentes que trabalham na Feira Livre de Amargosa-Ba. Para tanto, elegemos como lócus da pesquisa, a Feira livre de Amargosa. Para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, realizamos observações e entrevistas com criança e adolescentes que trabalham na feira. Durante as observações, foi constatado que esses sujeitos exercem vários tipos de atividades, tais como: vendedor de picolé, ajudante nas barracas de frutas, cereais e verduras, carregador de feira, vendedor de melancia, vendedor de confecções, ajudante de açougueiro entre outros.

Sendo assim, ficou evidenciado que alguns desses indivíduos não possuem um acompanhamento na atividade que eles realizam. Ainda ficou nítido nas observações que partes desses sujeitos chegavam cedo, às vezes com vértices inadequados para as funções que exerciam. Além disso, percebemos que os carregadores de feira, se dividiam em grupos, alguns usavam coletes com propagandas de comércios, que eram dados a eles como uma forma de identificado com carregador.

Ao realizar as entrevistas, tivemos a oportunidade de identificarmos e compreendermos situações que não foram possíveis nas observações, a exemplo: a situação financeira da família, o local onde mora, a baixa escolaridade dos pais, a vontade de poder se vestir bem, a dificuldade de querer comprar a exemplo um celular e não ter o dinheiro, por meio de conversas informais constatamos, que alguns deles já foram influenciados por colegas para praticar crimes.

Nesse sentido, os entrevistados relataram que começaram a trabalhar muito cedo, inclusive teve um que afirmou que começou desde os 10 anos de idade. Eles responderam que trabalham para ter autonomia financeira e ajudar na renda familiar, uma vez que seus pais não possuíam trabalho fixo. Dessa forma, acredita-se que o trabalho tem um grande significado na vida de cada um dos entrevistados.

Conforme, Azêvedo, Fernandes e Menezes (2000) apontam que o trabalho infantil se amplia com má distribuição de renda existente na sociedade brasileira, e dessa forma as crianças e os adolescentes acabam adentrando no mundo do trabalho para ajudar na renda familiar.

Nesse sentido percebe-se que o trabalho infantil mesmo sendo uma prática ilegal perante o Estatuto da Criança e do Adolescente, é de uma estratégia de sobrevivência social e de inserção social numa sociedade de classes, na qual não há alternativa para os

filhos e filhas de trabalhadores das camadas pauperizadas, desprovidos da proteção social do Estado.

No que tange aos rendimentos escolares, os entrevistados mencionaram que conseguem relacionar alguns conteúdos que o professor ensina nas aulas, com os trabalhos que eles exercem. Destacou ainda, que o método que os professores utilizam, muitas vezes não condiz com a realidade da vida deles, sendo um dos fatores que contribuem para o desinteresse pelas aulas e até mesmo a evasão escolar.

Sendo assim, ressaltaram que gostam do que faz e no que diz respeito aos momentos ociosos, alguns aproveitam para brincar, demonstrando fazer parte de suas vidas, independente de como e quando brincam.

Este estudo nos permitiu identificar os motivos que impulsionaram a criança e os adolescentes do município de Amargosa a adentrar no mercado de trabalho tão cedo. Além disso, fez com que compreendêssemos a realidade do convívio familiar desses sujeitos.

Esta pesquisa nos fez refletir sobre o que os entrevistados pensam para o futuro. Mesmo sendo crianças e adolescentes oriundos de famílias pobres, com baixa escolaridade, eles apontaram que pretende continuar estudando, fazer uma faculdade, se especializar numa determinada área, enfim acreditam que a educação é a principal arma que alguém pode utilizar para alcançar seus sonhos.

Diante desse contexto, surgiram alguns questionamentos que não foi possível responder no corpo desse trabalho, tais como: Qual o posicionamento do familiar a respeito do trabalho dos seus filhos? Quais as atitudes legais que o conselho tutelar do município adota para coibir o trabalho de crianças e adolescentes na feira livre? Até que ponto o trabalho infantil é prejudicial? Quais os benefícios e os malefícios que o trabalho pode desencadear na vida do adolescente. Acreditamos que essas e outras indagações podem caracterizar pontos de partidas para futuras pesquisas.

Dessa forma, entendemos que o trabalho desenvolve no indivíduo, autonomia, responsabilidade, compromisso, independência, interatividade entre outros. Por outro lado é preciso que políticas públicas mais eficientes sejam criadas, para rever a questão do trabalho infantil, nos ambientes informais. Além disso, criar condições, como empregos, para os pais desses adolescentes com o intuito de fortalecer a renda familiar e minimizar o trabalho infantil.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara: 1973. p. 279.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. - 2ed. – Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARIÉS, Philippe. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

ARIÉS, Philipe; **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara S.A .1981.

AUSUBEL, D.P. (1963). **The psychology of meaningful verbal learning**. New York: Grune and Stratton. 685p.

ALMEIDA, Ana Maria F; LIMA, Adriana Carnielli de. **Permanências e Mutações na definição intergeracional do trabalho infantil**. Educ. Soc. Campinas, v. 31, n. 111, p. 347-369, abr.-jun. 2010.

Disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br>>

AZEVEDO, J. S. Gabrielli de; MENEZES, W. F.; FERNANDES, C. M. **Fora de Lugar. Crianças e Adolescentes no Mercado de Trabalho/** Organização: Maria Regina Nabuco- São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 2000.

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG**. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Montes Claros. Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros-MG, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed.70, 1977.

BARROS, Eliete da Silva. **Criança na feira de São Joaquim: Trabalho e Exploração**. Dissertação (Mestrado em Trabalho e Sociedade). Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais. Salvador- Ba, 2008.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1994.

BOURDILLON, M. (2006). **Children and work: A review of current literature and debates**. Development and Change, 37(6):1201–1226.

BRASIL. **Projovem** – Projeto Nacional de Inclusão de Jovens. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**. Disponível em: <http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/tira-duvidas/o-que-voce-precisa-saber-sobre/conheca-o-peti-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil/> Acesso em: 16 de março, 2018.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8.069, 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991.- 3. Ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de Publicações, 2001.

CARDOSO, M. M. **O cenário do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil: uma realidade histórica**. ANAIS DO SEMINÁRIO DA REGIÃO SUL. Proteção integral para 89 crianças e adolescentes: fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem. Florianópolis: DRT/SC, 2001.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O trabalho infantil no Brasil contemporâneo**. Caderno CRH, Salvador, n. 54, p. 551-569, set/dez. 2008.21v.

CHAVES, Antônio Marcos; LORDELO, Lia da Rocha. **Crianças e Adolescentes Trabalhadores**: uma revisão na literatura. Revista entreideias, Salvador, n. 01, p. 61-83, jan./jun. 2012.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**; tradução: Lia Gabriele Regius Reis; revisão técnica: Maria Letícia B.P. Nascimento. – Porto Alegre: Artmed, 2011.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Algumas Lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. São Paulo em Perspectiva,18(4): 50-61, 2004.

CALVÃO, Lea; COSTA Dora Henrique da. **A experiência do Trabalho e a educação básica**/ Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta (orgs.). – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Ed autêntica 2001.

DE MAUSE, Lloyd. **História de la infância**. Madri, Alianza Universid: 1991.

DESSEN, M. A. e POLIANA, A, C. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

DELGADO, Gabriela Neves. **A erradicação do trabalho de crianças e a proteção do trabalho de adolescentes no Direito do Trabalho Brasileiro**. In: FAZZI, Rita de Cássia (Org.). Estatuto da criança e do adolescente: conquistas e desafios. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005, p.66-79.

DE MAUSE, Lloyd. **História de la infância**. Madri, Alianza Universid: 1991.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**/ Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. - São Paulo: Boitempo, 2008.
- FONSECA, Ana Cláudia Mafra da. **Feira livre. Galante**. Fundação Helio Galvão. Natal, v.3, n.11, maio. 2006.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan. 2003
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**/ Antonio Carlos Gil.- 6. ed.-2 reimpr.- São Paulo: Atlas, 2009.
- GOHN, Maria da Gloria. **Educação não formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social**. Rio de Janeiro: Revista Meta Avaliação, n. 1, p. 28-43. 2009.
- GRUNSPUN, H. O trabalho das crianças e dos adolescentes. São Paulo: LTR, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **A boniteza de um sonho**: aprender e ensinar com sentido. Abceducatio, Ano III, n. 17, p. 30-33, 2002.
- HAGUETTE, T.M F. **Metodologia qualitativas na sociologia**. 4 ed. Petropolis: vozes, 1995.
- IRELAND, Timothy. **Escolarização de trabalhadores**: aprendendo as ferramentas básicas para a luta cotidiana. In: OLIVEIRA, Inês B.; PAIVA, Jane (org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- KASSOUF, Ana Lúcia. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Nova Economia, Belo Horizonte, vol. 17 (2), maio – agosto, 2007.
- KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LAJOLO, Marisa. **Infância de papel e tinta**. In: FREITAS, M. C. (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.
- LONGHI, Tatiana Castro; SANTOS, Flávio Anthero Nunes Vianna dos. **Uma análise crítica das condições de trabalho na indústria têxtil** desde a industrialização do setor até os dias atuais. HFD Revista, v.5, n.10, p.73-90, ago/dez 2016.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. - **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, 1986.

MARX, Karl. ***O Capital: Crítica da Economia Política***. Livro I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 356.

MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de produzir Mais-valia**. In: O Capital 14. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, M. E.; FAZZI, R. C.; LEAL, R. S. Pequenos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha e Norte Mineiro: expressões culturais sobre o valor do trabalho. In: MARQUES, M. E.; NEVES, M. A.; NETO, A. C. Trabalho infantil: a infância roubada. MTE/PUC, Belo Horizonte, 2002.

MERCADANTE, OLiva, Aloízio. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. 537f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MOTT, L. R. de B. **A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco**. 1975. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas-SP, 1975.

MORAIS, Antônio Manuel Pamplona. **Distúrbios de aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica**. São Paulo: Edicon, 2010.

MOURA, Esmeralda. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

MULLER, Fernanda. **Infâncias nas vozes das crianças: culturas infantis, trabalho e resistência**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 553-573, maio/ago. 2006

OLIVEIRA, Daiana Fabiani de. **Análise das produções bibliográficas sobre trabalho infantil e educação no período de 2002 a 2012**. Dissertação de mestrado. Pós graduação em Educação. Faculdade Presidente Prudente. 2014.
PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2008.

PINTO, M.; SARMENTO, M.J. (Coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.

QUINTEIRO, Juricema. **Sociologia para educadores, 2: o debate sociológico da educação no século XX e as perspectivas atuais**. Leila de Alvarenga Mafra e Maria de Lourdes Rangel Tura (orgs.), Débora Mazza... [et al.]. – Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

REIS, Cíntia Ribeiro dos. **Trabalho infantil em feira livre no município de Cruz das Almas: um estudo sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos**. 2014. _ Cruz das Almas, BA, 2014.

- REDIN, Marita Maria. **Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares.** In: REDIN, Euclides; MULLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins (Orgs.). *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças.* Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 11-22.
- RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil.** In: PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil.* 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SARMENTO, M.J. **Administração da infância e da educação: as lógicas (políticas) de ação na era da justificação múltipla.** In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2., 2001, Braga. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2001.
- SARMENTO, Manuel J. **Imaginário e culturas da infância.** Texto produzido no âmbito das atividades do Projeto “As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância”. Projeto POCTI/CED/2002.
- SANTOS, Flávio Anthero Nunes Viana dos; LONGHI, Tatiana Castro. **Uma análise crítica das condições de trabalho na indústria têxtil desde a industrialização do setor até os dias atuais.** HFD Revista, v.5, n.10, p.73-90, agosto/dez 2016.
- SILVA, Daniela Regina da. **Psicologia da Educação e Aprendizagem.** Associação Educacional Leonardo da Vinci. Indaial: ASSELVI, 2007.
- SIQUEIRA, Janes Fraga. **A realidade contraditória e de sobrevivência do jovem trabalhador e estudante nas escolas estaduais de porto Alegre/RS/Brasil.** Acesso em 02 de Fevereiro de 2018.
- SOUZA, Carolina Rezende de. **As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação,** 2015.
- THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 2 e 3, 1987.
- VEJA, Abril. Economia, IBGE. Disponível em: <
<https://veja.abril.com.br/economia/ibge-pais-tem-18-milhao-de-criancas-e-adolescentes-trabalhando/>> Acesso em: 17/03/18.
- YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 212.

APÊNDICE

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL

Prezado (a) Senhor (a):

Solicito sua autorização para realização do projeto de pesquisa intitulado: **Trabalho e trajetórias escolares de crianças e adolescentes: um estudo de caso na feira livre de Amargosa-Ba**, de minha responsabilidade, Liliane Batista dos Santos, graduando (a) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), do Centro de Formação de professores (CFP) Amargosa - Bahia. Este projeto tem como objetivo geral: Identificar quais os impactos do trabalho infantil na vida das crianças e dos adolescentes que trabalham na feira livre de Amargosa-Ba. Para tanto, elegemos a metodologia de enfoque qualitativo, sendo o trabalho configurado como Estudo de Caso. Escolhemos como técnicas de coleta de dados a entrevista e a observação.

A qualquer momento, os(as) senhores(as) poderão solicitar esclarecimentos sobre o trabalho que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá desistir de sua participação.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação da monografia, contudo, assumo a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de sua instituição. Nomes, endereços e outras indicações pessoais não serão publicados em hipótese alguma. Os bancos de dados gerados pela pesquisa só serão disponibilizados sem estes dados. Na eventualidade da participação nesta pesquisa causar qualquer tipo de dano aos participantes, comprometo-me a reparar este dano, ou prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não forneceremos por ela qualquer tipo de pagamento.

Autorização Institucional

Eu, _____, responsável pela instituição, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta Instituição. Sei que a qualquer momento posso revogar esta Autorização, sem a necessidade de prestar qualquer informação adicional. Declaro, também, que não recebi ou receberei qualquer tipo de pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Amargosa - Bahia, _____ de 2018.

Liliane Batista dos santos

Responsável Institucional

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO BAHIA CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Título da Pesquisa: Trabalho e Trajetórias Escolares de Crianças e Adolescentes: Um estudo de caso na Feira Livre de Amargosa

Pesquisadora: Liliane Batista dos Santos

Orientador: Prof.º. Drº Luiz Paulo Jesus de Oliveira

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I- PERFIL DO(A) ENTREVISTADO (A)

- Idade
- Sexo
- Local de moradia
- Cor/etnia

II- ARRANJO FAMILIAR

- Quantos pessoas moram na sua casa
- Escolaridade dos pais ou responsáveis
- Ocupação/ atividade que os pais exercessem
- Escolaridade dos irmãos/ãs

III- TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIA DE TRABALHO

- Com quantos anos você começou a trabalhar?
- O que lhe levou a trabalhar cedo?
- Você trabalha apenas na feira? Se não, quais são as outras atividades que desenvolve?
- Você trabalha sozinho ou trabalha para outra pessoa?
- Qual o seu trabalho na feira livre?

- Qual o horário que você vem para a feira livre trabalhar?
- Quantos dias da semana você trabalha?
- Quantos/as irmãos/irmãs trabalham? Que tipo de trabalho realizam? Onde trabalham?
- Você recebe em média quanto - por sábado?
- O que faz com o dinheiro que recebe?
- Você acha que o trabalho que exerce na feira é perigoso?
- Você já sofreu algum tipo de violência na feira livre? Sim, qual?
- Você acha que tem diferença entre o trabalho das crianças/adolescentes e o trabalho dos adultos? Quais?
- Você tem tempo para brincar na feira?

IV- RELAÇÃO COM A ESCOLA E TRABALHO

- Você estuda? Onde? Que ano? Já perdeu de ano? Porquê?
- Seu pai lhe estimula a estudar?
- Você consegue relacionar o aprendizado da feira na escola?
- Você consegue relacionar o que aprende na escola com o seu trabalho na feira?
- Você acha que o seu trabalho na feira prejudica no seu aprendizado na escola?
- Se você tivesse a opção entre trabalhar ou estudar, o que escolheria? Por que?
- O que você faz nas horas livres, quando não estar na feira e na escola?

V- PERSPECTIVA DE FUTURO

- Qual é o seu principal sonho?
- Você pretende continuar trabalhando na feira quando crescer?

APÊNDICE C



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Prezados(as):

Solicito sua participação voluntária na pesquisa intitulada: **Trabalho e trajetórias escolares de crianças e adolescentes: um estudo de caso na feira livre de Amargosa**. De minha responsabilidade, Liliane Batista dos Santos, graduando(a) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), do Centro de Formação de professores (CFP) Amargosa - Bahia. Este projeto tem como objetivo geral: Identificar quais os impactos do trabalho infantil na vida das crianças e dos adolescentes que trabalham na feira livre de Amargosa- Ba. O(s) procedimento(s) adotado(s) ser(ão) através de observação e entrevista.

A qualquer momento, os colaboradores poderão solicitar esclarecimentos sobre o trabalho que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá desistir de sua participação. Eu estarei apta a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para contornar qualquer mal-estar que possa surgir em decorrência da pesquisa ou não.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e da monografia, contudo, assumo a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo das participações. Nomes, endereços e outras indicações pessoais não serão publicados em hipótese alguma. Os bancos de dados gerados pela pesquisa só serão disponibilizados sem estes dados

.Aceite de Participação Voluntária

Nós abaixo relacionados, declaramos que fomos informados dos objetivos da pesquisa acima, e concordamos em participar voluntariamente da mesma. Sabemos que a qualquer momento podemos revogar este Aceite e desistirmos de nossa participação, sem a necessidade de prestar qualquer informação adicional. Declaramos, também, que não recebemos ou receberemos qualquer tipo de pagamento por esta participação voluntária.

Amargosa - Bahia, _____ de 2018.

Liliane Batista dos Santos
Graduanda